SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO DAIRE

ATA NÚMERO QUATRO DE DOIS MIL E DEZOITO

---------Aos vinte e oito dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, nesta vila de Castro Daire e Auditório da Assembleia Municipal, reuniu o órgão deliberativo, em conformidade com o disposto nos artigos 27.º e 49.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013, de doze de setembro. Eram nove horas e trinta minutos quando, pela Senhora Presidente da Mesa, foi iniciada a sessão, com a seguinte ordem de trabalhos: ----------

Ponto Um – Apreciação e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de vinte e cinco de junho de dois mil e dezoito. ----------

Ponto Dois – Associação Nacional de Assembleias Municipais – Aprovação da adesão da Assembleia Municipal à Associação Nacional de Assembleias Municipais, dos Estatutos e da quotização. ----------

Ponto Três – Análise, discussão e votação sobre o reconhecimento do interesse público da Ação 10216 do PDR2020 – Renovação de Aldeias, para cumprimento da alínea i) do artigo 46.º da portaria número 152/2016 de vinte e cinco de maio. ----------

Ponto Quatro – Análise, discussão e votação, nos termos do artigo 26.º, da Lei número 73/2013, de três de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais -, conjugado com a alínea c), do número um, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, da fixação em quatro por cento da variável do IRS, aprovado pela Câmara Municipal, na sua reunião ordinária realizada a treze de setembro de dois mil e dezoito. ----------

Ponto Cinco – Análise, discussão e votação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a que as alíneas a) e c), do número um, do artigo 112.º, do Decreto-Lei número 287/2003, de doze de novembro e da alínea d), do número um, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, a aplicar no ano de dois mil e dezanove, proposto pela Câmara Municipal, no seguinte valor: Prédios Urbanos – 0,3% (zero vírgula três por cento). ----------

Ponto Seis – Análise, discussão e votação, nos termos do artigo 112.ºA da Lei número 7A/2016, de trinta de março – Lei do Orçamento do Estado de dois mil e dezasseis – da fixação da redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, de acordo com a seguinte tabela:----------

Número de dependentes a cargo	Redução da taxa até
Um	20,00€ (vinte euros)
Dois	40,00€ (quarenta euros)
Três ou mais	70,00€ (setenta euros)

Ponto Sete – Análise, discussão e votação nos termos da alínea b), do número um do artigo 25.º da Lei número 75/2013, de doze de setembro, conjugada com a alínea b), do número dois, do artigo 106.º, da Lei número 75/2004, de dez de fevereiro – Lei das Comunicações Eletrónicas – Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, no valor de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) para o ano de dois mil e dezanove. ----------

Ponto Oito – Tomar conhecimento, nos termos da alínea d), do número dois do artigo 77.º da Lei número 73/2013, de três de setembro, da Informação Semestral sobre a situação económica, financeira e orçamental relativa ao primeiro semestre de dois mil e dezoito. ----------

Ponto Nove – Análise, discussão e votação da Adenda aos Contratos Interadministrativos de delegação de competências celebrados entre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e os Municípios seus associados, no âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público de Transportes de Passageiros – Município de Castro Daire, para cumprimento da alínea k) do número um do artigo 25.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro. ----------

Ponto Dez – Análise, discussão e votação da Proposta de Revisão do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior do Município de Castro Daire, para cumprimento da alínea g) do número um do artigo 25.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro. ----------

Ponto Onze – Análise, discussão e votação da Proposta de Revisão do Regulamento de Apoio à Melhoria Habitacional, para cumprimento da alínea g) do número um do artigo 25.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro. ----------

Ponto Doze – Analise, discussão e votação do Regulamento da Incubadora de Empresas do Município de Castro Daire, para cumprimento da alínea g) do número um do artigo 25.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro. ----------

Ponto Treze – Apreciação, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013, de doze de setembro, da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atividade do Município, bem como da sua situação financeira. ----------

Ponto Catorze – Análise, discussão e votação da proposta "Pela defesa da floresta – medidas fiscais de apoio aos proprietários". ----------

Ponto Quinze – Apreciação e votação do Voto de Louvor aos atletas Ana Sofia Pina e Marco Meneses. ----------

Ponto Dezasseis – Apreciação e votação do Voto de Pesar ao autarca João de Sousa Costa. ---------

Ponto Dezassete – Aprovação, nos termos do disposto no número três e para efeitos do disposto no número quatro do artigo 57.º do Anexo I da Lei número 75/2013 de doze de setembro, da ata em minuta para produção de efeitos imediatos e eficácia externa. ----------

--------- ----------

---------Interveio a Senhora Presidente da Assembleia Municipal cumprimentando o Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores e Membros da Assembleia Municipal tendo-se verificado de que estão reunidas as condições para o início dos trabalhos. ----------

---------PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA----------

---------**Período de intervenção do Público de harmonia com o número um, do artigo 49.º, do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro.** ----------

---------A Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou da presença de um elemento no público, o Senhor Marcelino residente no concelho de Castro Daire, tendo sido questionado se teria intenção de intervir, sendo que o mesmo respondeu que estaria presente apenas para assistir à sessão. ----------

---------**Leitura e apreciação do expediente.** ----------

---------A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que lhe foram dirigidos, pelo Grupo Municipal do Partido Popular (CDS/PP), quatro pedidos de esclarecimento dirigidos à Câmara Municipal, relativos a conduta de abastecimento de água à vila de Castro Daire, o restauro/pintura do edifício da Câmara Municipal, existência de despesa/dívida não documentada anteriores ao exercício dos atuais órgãos e disponibilização de transmissão televisiva dos jogos da Seleção Nacional de Futebol no Jardim Municipal, cujos pedidos de esclarecimento tiveram o seguinte despacho "Ao Senhor Presidente da Câmara para responder ao solicitado". Informou também que recebeu o convite para o XIII Setembro Cultural, no passado dia dois de setembro, por parte da Banda de Música da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Castro Daire. Todavia, na impossibilidade de estar presente, disse ter solicitado a presença do Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, que a substituísse e representasse na Assembleia Municipal, o que se verificou. Esteve presente no XV Convívio das Bandas de Música, no dia nove de setembro a convite

da Sociedade Filarmónica de Mões, ainda esteve na abertura da FICA Castro Daire e no Seminário do mesmo que decorreram no passado fim de semana. No que concerne ao envio de mensagens por correio eletrónico, foram enviados documentos relativos a várias iniciativas parlamentares com assento na Assembleia da República. Recentemente, enviou-se a carta recebida do Gabinete do Senhor Ministro da Administração Interna relativa à transferência de competências para as Autarquias Locais e entidades Intermunicipais. Concluiu dizendo que tem a intenção de estar presente, nas Jornadas Europeias do Património, uma iniciativa da Câmara Municipal e que irá decorrer na Biblioteca Municipal fazendo alusão a temas interessantes sobre a biodiversidade do concelho, em concreto do Montemuro e nomeadamente acerca do Lobo. Por fim, informou que após a leitura atenta da Lei número 75/2013 de doze de setembro, verificou que os Senhores Presidentes de Junta, na impossibilidade de assistirem às sessões de Assembleia Municipal, poderão ser substituídos pelo seu substituto legal. Nesse sentido, a Senhora Presidente da Assembleia fez uma consulta aos Serviços Jurídicos da Associação Nacional de Assembleias Municipais e do qual recebeu resposta no sentido de que se deverão fazer substituir nas sessões de Assembleia Municipal, na impossibilidade de estarem presentes. Disse ter entregue cópia desse parecer ao deputado Horácio Ribeiro, António Ferreira e Carlos Bianchi. Assim, quando os Senhores Presidentes de Junta não puderem comparecer nas sessões podem fazer-se substituir pelo elemento que indicarem à Mesa, com a devida antecedência. O substituto deve fazer-se acompanhar do seu cartão de cidadão, porque a posse será algo simples e ficará na Assembleia na qualidade de substituto. Referiu-se ainda a duas situações concretas, em que elementos da Junta de Freguesia são também elementos eleitos na Assembleia Municipal, o caso da Junta de Freguesia de Cujó e Cabril, e fazendo referência ao parecer, nesta situação, verifica-se uma incompatibilidade, ou seja, a pessoa é apenas titular de um mandato. A Lei eleitoral não impede que uma pessoa concorra na lista da Assembleia de Freguesia e concorra também, em lugar elegível para a Assembleia Municipal mas relativamente à questão da substituição é que gera incompatibilidades. Acrescentou que, relativamente à situação de Cujó e Cabril, o Senhor Presidente de Junta de Freguesia, deve indicar o outro elemento da Junta de Freguesia para o substituir. ----------

---------**João Cândido da Silva Henrique** ----------

---------Usou da palavra referindo que de acordo com o Código do Procedimento Administrativo não se usa o termo substituto mas sim suplente. ----------

---------**Assuntos gerais de interesse autárquico nos termos do disposto no artigo 52.º do Anexo I à Lei número 75/2013 de 12 de setembro.** ----------

---------Interveio a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referindo-se ao elevado número de pontos da ordem de trabalhos, pelo que sensibilizou para a necessidade de serem sucintos, para que os trabalhos decorram da melhor forma e em tempo útil. ----------

---------**Alexandre Paulo Simões Pereira** ----------

---------Iniciou a sua intervenção cumprimentando o Senhor Presidente, os Senhores Vereadores da Câmara Municipal, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, os Membros da Mesa, os colegas e o Senhor Marcelino. Interveio para deixar uma sugestão, caso seja da concordância da Assembleia, assim disse que, à semelhança do que fez o executivo municipal, considera que a Assembleia deveria fazer um voto de louvor e reconhecimento ao atleta Marco Meneses, pelos resultados desportivos obtidos, nomeadamente a medalha de bronze nos Campeonatos da Europa Paralímpicos. Disse ser da mais elementar justiça e acrescentou que o concelho tem outros bons atletas que já deram provas, em concreto na modalidade da Natação, a destacar a atleta Ana Sofia Pina com excelentes resultados e inclusive a frequentar um Centro de Atletas de Alto Rendimento e que é também um orgulho para os Castrenses, pelo que julga que a Assembleia deveria pronunciar-se sobre isso e na sua modesta opinião seria de todo interessante que este órgão se pronunciasse através de um voto de reconhecimento/ voto de louvor. Disse serem dois casos que realmente são de louvar, pelo mérito e que muito têm trabalhado para alcançar os seus objetivos, levando o nome de Castro Daire mais longe, tendo feito esta recomendação.----------

---------**José Pereira Almeida** ----------

---------Deu início à sua intervenção cumprimentando a Mesa na pessoa da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, a Senhora Secretária e os colegas. Interveio para pedir um esclarecimento ao Senhor Presidente. Disse que os seus fregueses lhe têm transmitido que a Junta tem que reparar as entradas para as habitações, em especial nas novas sendo obrigados a recuar ficando espaço para o público. Disse que o abordam porque do Município são informados de que é a Junta que tem que o fazer, tendo dito que não sabe se é realmente da competência da Junta de Freguesia. Também disse pensar que não, mas gostava de ficar esclarecido sobre o assunto. Também solicitou um ponto de situação da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Ribeira de Courinha (ETAR) e das Termas do Carvalhal. ----------

---------**José de Almeida Gonçalves** ----------

---------Saudou a Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, todos os colegas e a Dr.ª Idália. O que levou a intervir é um motivo simples: que a Câmara, poderia, para evitar as estruturas estarem fechadas, colocar a luz e a água nas Infraestruturas do Lodeiro. Disse que avisou, quem concorreu, que a energia seria por conta de quem conseguiu a concessão, e só para a

energia, foram gastos cerca de três mil euros, num mês e poucos dias, tendo o mesmo pago parte desse valor. Disse pensar que a Câmara é uma entidade de bem e certamente não quer que isso aconteça. Um outro assunto, que esteve a ver na ata e para ficar nesta ata retificado foi que, na última sessão de Assembleia quando se referiu à limpeza da estrada desde o Lodeiro até Vila Maior, estrada que dá acesso às Infraestruturas, referiu que aquilo era um perigo. Mas, na ata refere que em Pedrógão, os Bombeiros foram constituídos arguidos, mas o deputado sublinhou que se disse isso, não era isso que queria dizer, mas sim que em Pedrógão e Mação foram constituídos arguidos, autarcas e pessoal da Proteção Civil. É uma ressalva que quer fazer porque isso está escrito na ata, mas se o disse, e é natural que o tenha dito, não era o que pretendia dizer, mas sim que em Pedrógão ou em Mação, foram constituídos arguidos autarcas e pessoal da Proteção Civil, pelo que desta forma fica já retificado na ata desta sessão. ----------

---------**Marco Aurélio Lyrio Andrade**----------

---------Começou a sua intervenção saudando a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Secretários, o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Vice-Presidente, os Vereadores, os colegas e o Senhor Marcelino. Disse que volvido um ano, é tempo de balanço deste ano de mandato quer do executivo municipal, quer das Juntas de Freguesia pelo que interveio neste sentido dizendo que trouxe vários pontos daquilo que foi, ou não, e também do que gostaria que fosse realizado. Começou indicando quatro pontos: - o primeiro, está relacionado com a água do Canado, da exploração da água, já que a sua exploração é pública mas está a servir apenas um privado, pelo que a população do Canado questiona o agora orador acerca deste assunto. Foi entregue em novembro do ano passado um abaixo-assinado, ao executivo camarário, em colaboração com a Junta de Freguesia e a população e quer saber qual a situação legal, por isso foi pedido um acompanhamento jurídico, por parte do Município de Castro Daire a esta situação, se há a possibilidade até porque no ano transato o Canado foi servido por esta altura por cisternas de água, porque tem manifesta falta de água. Assim, questionou o ponto de situação deste requerimento que foi feito ao executivo municipal; - o segundo ponto diz respeito, ao ponto de situação do Plano de Requalificação Urbana da vila de Mões e a requalificação da estrada de Cerdeiró, em que vários executivos vêm prometendo já que a estrada referida está num estado deplorável; - o terceiro ponto, é relativo à recolha de lixo no verão e diz pensar ser algo extensivo a todos. A recolha de lixo através do Planalto Beirão, no verão, diminui a sua frequência mas a população do concelho de Castro Daire triplica. Viram-se contentores de lixo a transbordar por todo o lado, o que dá um mau aspeto sendo também uma questão de saúde pública. Sugeriu ainda, até porque há Municípios que o fazem, a possibilidade da Câmara estipular um dia por mês, pelo menos, e se essa indicação fosse dada às próprias populações, para que nesse dia a Câmara pudesse fazer a recolha de eletrodomésticos e

materiais que são colocados em contentores num qualquer dia, mas se a população tivesse conhecimento que, naquele dia específico a Câmara faria essa recolha, nesse dia ou na véspera colocaria o lixo e a Câmara, faria a recolha de eletrodomésticos, colchões que é o que se vê. Poderiam estipular-se vários dias para as várias freguesias, porque possivelmente dar a volta ao concelho todo, num só dia, deve ser difícil; - o quarto ponto, teve que ver com a iluminação pública, continuando com um problema grave da substituição das lâmpadas fundidas, em que algumas demoram semanas, outras meses e noutros casos, anos a serem substituídas, estando em causa a segurança e o bem estar das populações. Pelo que agradece, que haja por parte do executivo, um "apertar" junto da Energias de Portugal (EDP) para este tipo de substituições, quer substituições de lâmpadas, quer substituição de candeeiros que estejam partidos, quer de postes que estão em perigo, existindo alguns casos na Freguesia de Mões. Mais uma vez, o deputado abordou, à semelhança do já referido em sessão anterior e tendo sido o único, no problema dos cães abandonados e na urgência da instalação do Centro de Recolha. É uma urgência, pois vêm-se animais a serem atacados e já só falta ver pessoas a serem atacadas por cães abandonados e famintos que deambulam pelas ruas. É um perigo e não se deve esperar que crianças ou pessoas sejam atacadas para depois se tentar resolver o problema. O deputado também demonstrou alguma amargura e deceção do conjunto de investimentos que o Município de Castro Daire fez na Freguesia de Mões, pois dada a sua dimensão, dada a sua importância e dado o número populacional deveria ter sido dotada de mais investimento, ao longo deste ano e portanto ficou muito aquém do que era necessário e do que era justo, mas disse acreditar, tal como nas equipas de futebol que o que conta é como se acaba e não como se começa, e que nos anos vindouros os investimentos venham a aparecer. Por fim, falou, dizendo que não sabe se é um desejo ou um pedido, que o Município de Castro Daire quando tiver que fazer chegar o momento das pequenas/grandes decisões, tenha em conta sempre no topo das prioridades, as necessidades e os interesses das populações e que ponham em segundo, terceiro ou quarto plano os taticismos políticos e os interesses político-partidários. ----------

---------**Margarida Helena da Silva Marques Mano Guimarães** ----------

---------Iniciou a sua intervenção cumprimentando o Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores, a Mesa da Assembleia Municipal e os colegas. Disse que o que a leva a intervir é um problema transversal em muitas Unidades de Saúde, é um problema que inclusive foi objeto de uma reunião com o Senhor Presidente da Câmara, da qual já tiveram ajuda e prende-se com a falta de Assistentes Operacionais. Estes, são elementos importantes numa Unidade de Saúde que asseguram tarefas tais como: a limpeza de líquidos orgânicos dos locais de tratamento, remoção de lixos e resíduos contaminados e todas as tarefas que são importantes na defesa da saúde

pública. Disse que, neste momento, o que está a acontecer é que, sendo um serviço que trabalha doze a dezasseis horas por dia, tem-se três Assistentes Operacionais, e um deles com a função de motorista mas, por motivo de férias, folga, atestado, muitas vezes acontece que chegam a ser apenas dois elementos, não dando para cobrir as doze a dezasseis horas de trabalho. Acrescentou terem existido algumas situações bastante desagradáveis, nomeadamente a ausência de recolha de lixos contaminados das salas de tratamentos, durante mais de vinte e quatro horas, muitas vezes duas ou três horas à espera que façam a limpeza dos vómitos mas não se pode estar à espera da empresa de limpeza, a quem compete a limpeza das instalações e sanitários, mas não deste tipo de lixo e portanto, é um pedido de ajuda e alerta porque está muita coisa em causa. ----------

---------**João Cândido da Silva Henrique** ----------

---------Usou da palavra cumprimentando a Senhora Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, o Senhor Presidente da Câmara e respetiva Mesa, os colegas e o Senhor do público. "Disse que constata que se continua com um calor terrível lá fora e por acaso na sala está muito fresco". Disse que efetivamente o fulano que reclamou da outra vez, por causa do calor no interior da sala, continua a reclamar. Também referiu que, como não tem tática política, quis dar os parabéns à Câmara pela realização da FICA Castro Daire, tendo dito que se bem se lembra, deve ter sido o momento em que mais gente esteve em Castro Daire. Pode dizer-se, eventualmente, que é sempre possível melhorar determinados pormenores, mas deixou os parabéns pessoais tendo reforçado que, na sua opinião, foi o evento que, em Castro Daire, e disse já ter participado em muitos eventos, inclusive da Câmara em anos atrás e pensa ter sido o maior evento que se fez em Castro Daire, com um retorno muito grande. Também quis constatar a democratização do bolo podre ou o início da democratização do bolo podre. Disse que em determinada altura pensou que o bolo podre era de pessoas intelectuais ou pseudo-intelectuais e mais ou menos bem vestidos. Mas quis reforçar a ideia de que o bolo podre é de cada cidadão de Castro Daire, é de cada pessoa que põe um lenço à cabeça e um avental à frente e amassa o bolo, vertendo alguns pingos de suor para a masseira. Por isto, parabéns por terem tido seis ou sete na feira mas em Castro Daire há quatrocentas e tal pessoas que fazem bolo podre e se não acreditam, têm que as contar e acrescentou que a essas pessoas não é preciso pagar para nada, já que o fazem de vontade. Também referiu que, conforme foi retratado na ata da última sessão de Assembleia em que houve um indivíduo que se referiu ao bairro dos "praquistão" e tendo dito que havia uns molhos de fios e que um dia aconteceria um acidente, pois essa pessoa acertou. Passado uns dias, porque ninguém ligou nada àquilo, passou naquele local um camião de altura permitida e partiu dois postes, muitos quilómetros de fio, partiu telhados, muros, vedações e não morreram pessoas porque cinco minutos antes tinham saído daquele local onde estavam a conviver, e o poste caiu, partiu uma mesa de metal, a vedação, tudo o

que lá se encontrava. Quer isto dizer que aquele fulano não tem a Bola de Cristal mas acertou. Pena que tenha acertado e pena que esta situação tenha acontecido. Houve milhares de euros de prejuízo, há fotografias e documentação para que possam ver. Voltou a falar do bairro "praquistão" e do buraco existente no local, porque já não são vários buracos mas um único e fazendo referência aos buracos mais pequeninos, a Câmara não pode tapar, pois é por onde saem as águas pluviais da casa do deputado e de outras casas, para a estrada. Caso tapem os buracos, há uma inundação nas casas e repetiu a ideia, reforçando-a. Disse saber que esta situação não é deste executivo e que também não é do anterior, mas sim de outros anteriores, mas os problemas precisam ficar resolvidos agora, ontem. Também no mesmo bairro, diz não saber se é a partir da casa da deputada Margarida Guimarães que está bem ou se é depois da casa que está mal, mas a iluminação pública acende uma hora mais cedo para baixo do que para cima. Uma delas está mal, ou a da parte de baixo acende muito cedo ou a da parte de cima acende muito tarde, é uma questão de se ver, sendo importante verificar-se esta situação. Referiu-se à intervenção do deputado José Gonçalves dizendo que o mesmo não se enganou quando disse que os Bombeiros foram constituídos arguidos, acertou, pois foram três, pelo que não precisa de se preocupar, porque não disse nenhuma asneira. Pegando no tema, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara referindo que chegou a hora de todos pensarem na Proteção Civil Municipal e não se tem pensado. Compreende que hajam muitas reuniões de comissões e disse saber o que nas mesmas se discute, mas o paradigma mudou. É necessário que se repense a Proteção Civil Municipal. Também disse que o concelho está muito à frente no respeitante à Proteção Civil comparativamente com outros concelhos mas destacou que é necessário precaverem-se, porque posteriormente, o arguido será o Senhor Presidente da Câmara, os Bombeiros, e outras pessoas, como técnicos que nem estavam presentes nem conhecem e serão eles os arguidos. Os culpados serão muitos outros, mas os arguidos serão esses. Pelo que deixou o apelo da necessidade de repensar a Proteção Civil de Castro Daire. É importante deixarem-se de capelinhas, de agradar a Gregos e a Troianos, é necessários repensar a Proteção Civil de Castro Daire, um Centro Municipal de Proteção Civil é imperioso, neste momento. Se é necessário fundir, que se faça, pois é necessário. Com muito veemência, interveio, esperando, desta vez não acertar. --

---------**Lino Gonçalves da Silva** ----------

---------Interveio cumprimentando a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Secretários, o Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, os colegas, o Senhor amigo de Cujó e a secretária da ata, a Professora Idália. Disse que ouviu várias propostas e comentários/opiniões dos vários deputados que fizeram intervenção e destacou uma delas, a do colega João Henrique, com a qual está de acordo, na forma como se desenvolveu e organizou o FICA Castro Daire-Festa da Colheitas, tendo usado esta designação já que era este o termo que ouvia e dizia nos vários

cartazes e panfletos espalhados ao longo do concelho, daí que opte por esta designação considerando mesmo, que se enquadra melhor. Reforçou a ideia de que a Câmara está de parabéns e que embora estivesse a trabalhar em dois dos dias da festa, ao redor, apercebeu-se da grandeza e da dimensão que este evento trouxe. Todavia, e dirigiu-se ao Senhor Presidente, disse que quase ao fim de um ano de mandato, iria expressar a sua ideia, o que defende e o que foi apresentando ao longo de quase este ano. Disse ter falado acerca da frota de automóveis do Município de Castro Daire, logo no início e que estava completamente gasta, disse ao Senhor Presidente que este ano, deu conta que nos transportes coletivos de alunos foi eliminado mais um circuito que era feito pelo pessoal do Município, justificado pelo facto de mais um carro ter chegado ao limite de idade, pensando que o Município não teve condições para o substituir, dizendo que mais gasto e mais velho ainda está. Falou acerca da recolha dos resíduos sólidos, da forma como se fazia e da forma como era paga a taxa que todos pagam mas não sendo todos servidos da mesma forma. Já aqui foi focado e é verdade que este verão se deu conta, mas continua-se da mesma forma. Abordou também a questão do transporte do Cartão Sénior relativo ao benefício que têm e que nada veio a esta Assembleia para se alterar o que está aprovado de executivos anteriores e na opinião do deputado, não haverá a democracia que deveria haver, dando privilégio/favorecimento a quem mais precisa estando a meter tudo no mesmo saco e em que há pessoas que talvez não necessitassem desse favorecimento, ou desse apoio, pelo Município e, deu o exemplo, dos trabalhadores que vêm de Cabril, que é o lugar mais distante da sede do nosso concelho, continuam a ter que pagar o seu bilhete para se deslocar até Castro Daire e ganhar apenas cerca de seiscentos euros. Se calhar há gente que está a usufruir deste benefício e com uma reforma de mil ou mil e quinhentos euros. Portanto, sobre este assunto, o deputado entende que se continua ainda da mesma forma e diz não concordar, pelo que deixou o seu alerta. Em outras sessões de Assembleia, o deputado falou também da conduta da água em que a Câmara nos disse que ía fazer por administração direta e perguntou neste caso, ao Senhor Presidente, se é realmente o pessoal da Câmara que vai fazer toda essa obra, ou se apenas irá fazer uma parte e a outra adjudicada. Disse pensar que a Assembleia tem todo o direito de saber sobre esta questão. Também já se falou relativamente à ETAR da Bacia da Ribeira de Courinha e questionou em que situação está a do Arinho nesta altura, uma obra que já está a decorrer, porque fez uma leitura da Informação do Presidente e a mesma não faz referência à ETAR do Arinho, uma obra de alguma relevância e importância para o nosso concelho. Perguntou também a situação em que se encontram as Termas do Carvalhal e o que se passou ao longo deste verão. Disse achar que deve haver humildade, a culpa não foi do Presidente da Câmara e o mesmo não tem interesse em que as coisas corram mal, mas os munícipes têm todo o direito de saber realmente como se encontram as coisas e porque é que surgiram algumas situações, como por exemplo uma bomba cair dentro de um poço, saber o que levou a tal, se houve erro humano e isso é

da competência, com certeza, do Senhor Presidente da Câmara de o saber. Mas, o que também quis referenciar, relacionado com a Proteção Civil, é realmente a questão das limpezas. Disse recordar-se e referiu estar presente na sessão uma antiga Presidente da Câmara que sabe o que fazia no tempo em que a mesma estava à frente dos destinos do Município, na altura, com um trator dava-se a volta ao concelho todo, se calhar demorava um determinado tempo mas dava-se a volta a todo o concelho. Atualmente, tem-se dois e chega-se à conclusão que, por vezes, não se tem nenhum. Também disse parecer-lhe existir uma situação grave, pois por vezes, uma simples compra de umas lâminas para o próprio trator demora um mês e pensa que isto devia ser resolvido em um ou dois dias. Considera que, nestas coisas, é preciso ter cuidado e aprofundar estas situações. Também verificou que existem estradas que ao longo deste ano, ainda não houve uma única passagem dos cantoneiros do Município para tapar buracos que existem ao longo das mesmas. Posto isto, disse querer virar-se um pouco para a Educação e perguntar se a Câmara tinha algum projeto em vista para a antiga Escola Primária de Mões, porque segundo lhe pareceu está prestes a acabar (o lugar das crianças passa para outro lugar) e está num ponto referencial da vila de Mões e que talvez desse para criar um projeto que servisse a própria Freguesia de Mões. Face ao exposto, questionou o Senhor Presidente da Câmara se haverá algum projeto em vista sobre esta situação. Disse ainda que não é desconfiando que se adquire confiança. Muito se apregoou e disse ter ouvido nas primeiras sessões de Assembleia sobre as dívidas, sobre não haver faturas, não haver requisições de compras do antigo executivo, pelo que o deputado disse atrever-se a perguntar se, nesta altura, o Senhor Presidente tem conhecimento e se é verdade, ou não, que se continuam a comprar coisas sem haver requisição. Se nesta altura, tudo o que entra nos armazéns do Município é do conhecimento do fiel do armazém para posteriormente dar essa saída e justificação desse material e para onde tinha ido. Referindo-se ainda ao Marco Meneses, atleta da natação que tanto orgulha os Castrenses, reforçou e elogiou àquilo que o Senhor Presidente da Câmara diz, bem como os colegas deputados, mas reforçava no seguinte, não é só dar uma medalha a um atleta, é preciso que no futuro a autarquia continue a dar o valor a esse atleta como quando chegar a uma determinada idade, se calhar, conduzi-lo, ajudá-lo a que arranje um lugar de trabalho para que esse atleta continue a dar-nos a honra, o valor que tem prestigiado ao concelho. Muitas vezes dá-se valor aos atletas quando eles são vencedores e ganham, batem-se palmas, dão-se medalhas, prometem-se várias coisas e a seguir são esquecidos. Considera que isto faz parte do património desportivo do concelho devendo ser respeitado e ter em conta para o futuro. Deu ainda um elogio especial aos colaboradores do Senhor Presidente da Câmara, alguns dos colaboradores diretos e quando diz alguns é porque este ano apercebeu-se que nem todos são, ou eram aquilo que o deputado agora orador chegou a afirmar na Assembleia Municipal. Quem ganha é quem está como o deputado, a ser pago com o dinheiro dos contribuintes e tem o dever de respeitar todos por igual independentemente

da boa cara que ele tenha ou se achamos que estão ou está do nosso lado. Devem ser recebidos, informados e respeitados todos por igual e nesse aspeto, deixou um elogio também à Secretária que lhe parece estar a fazer um excelente trabalho relativo às atas. ----------

---------**António Luís Fernandes Ferreira**----------

---------Interveio cumprimentando a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Secretários, todo o executivo, a destacar, o Senhor Presidente, o Senhor Vice-Presidente, os Senhores Vereadores, os colegas e o público. Disse que o assunto que o leva a intervir tem exclusivamente que ver com o evento, atividade realizada recentemente com a designação de FICA Castro Daire. As atividades que são promovidas e realizadas, os eventos concretizados pelas autarquias, bem como quando se fazem eventos realizados a título particular e pessoal de cada pessoa, devem ser sujeitos a um balanço e ter a ideia concreta de qual o retorno em relação à despesa que existiu. Acrescentou que todos sabem que existem muitas atividades que não visam ter um retorno finaceiro, mas o retorno existe sempre e até se provou, desta vez, que as atividades de carácter cultural, que normalmente são vistas como uma despesa e sem retorno financeiro, até neste caso se pode dizer que o retorno existiu. Fazendo uma alusão ao tema ou ao título do evento, é altura de, em vez de falar em despesa e retorno, saber o que foi, mas sobretudo o que fica. Fica, claramente, a ideia de que, foi feito um investimento, porque a realização de atividades, em todas elas ou em quase todas elas, o limiar do investimento é estabelecido, ou é ultrapassado, ou superado pela qualidade da realização, pela qualidade do evento e, neste caso, fica claramente a ideia de que houve um investimento. E houve um investimento porque, FICA uma extraordinária promoção do tecido empresarial do concelho, porque FICA uma extraordinária promoção do tecido comercial do concelho, porque FICA uma extraordinária promoção do nosso tecido agrícola, porque FICA uma extraordinária promoção, em geral, do concelho, do que cá se produz, do que se pode apresentar quer para dentro, mas neste caso dada a dimensão que teve, para fora. Disse que muitos poderão questionar a sua coerência porque muitas vezes falou e questionou qual a despesa associada a algumas atividades realizadas, mas referiu que não faz nem fará nenhuma comparação com o passado porque o que aconteceu com a FICA era precisamente aquilo que o deputado defende há já muito tempo, vinte e alguns anos, o mesmo em relação às Termas do Carvalhal. Todos os anos o volume de despesa, pelo menos em alguns dos anos era considerável, e continuava-se exatamente na mesma, ou seja, já foi tempo de repensar e se calhar fazer a manutenção essencial, e já há muito tempo que deveria ter sido feito, e pensar num edifício novo que permita um outro tipo de oferta, ou seja, andou-se a gastar dinheiro e não a investir, bastando ver o retorno das Termas do Carvalhal. Destacou ainda outro exemplo, as Festas da Vila, pois o deputado considera que deveriam fazer menos festas, mas que se fizesse uma que tivesse impacto e agora,

na conjugação de duas atividades, a Festa das Colheitas e o Mostra Castro Daire, de facto conseguiu organizar-se e realizar-se uma atividade que teve impacto. FICA também o nosso orgulho e deu o exemplo de uma familiar do deputado, uma senhora, filha de um ex-presidente da Câmara de Castro Daire, anterior ao Dr. César, ligou ao deputado para transmitir e pedir para transmitir a quem pudesse, o orgulho de ser Castrense. Salientou que a pessoa a quem se refere nunca viveu, excetuando em tenra idade, em Castro Daire, tendo saído para Viseu e agora morando nas Caldas da Rainha, mas pediu para transmitir o orgulho que sentiu por ser Castrense, que será sempre Castrense e disse mais, disse "Não interessa nem quer saber qual a cor política que está", mas o agora orador ter-lhe-á dito qual a força política, mas também a informou que a Festa das Colheitas foi uma outra cor política que avançou com a ideia. FICA o orgulho que todos os Castrenses sentiram pela promoção que foi feita, revelando um contacto que teve mas, sabe que outras pessoas presentes na sessão de Assembleia também receberam outros contactos de diversos pontos do país e do mundo a manifestarem esse orgulho e essa satisfação. Provavelmente também fica para a história esta atividade, pela dimensão e pelo impacto que teve, disse esperar que fique, pelo menos por um ano, e que seja superada e esquecida pela dos próximos anos, embora não possa deixar de manifestar a sua satisfação e felicitar o executivo pela iniciativa que teve, mas também destacar o Dr. Alexandre, porque representa uma equipa, pelo trabalho e toque profissional que deu a esta atividade, à organização da mesma, pelo trabalho dele e empenho visível mas também por toda a equipa que liderou. Pelas razões apresentadas, o orgulho é imenso, a satisfação é enorme e em nome dos Castrenses, manifestou o agradecimento, por tudo o que deixaram e tudo o que deram por esta terra. ----------

---------**Horácio António de Paiva Ribeiro**----------

---------Iniciou a sua intervenção cumprimentando a excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Eng.ª Eulália Teixeira, Dr. Bianchi, Dr. Paulo Morais, Dr. Paulo Almeida, Presidente do Executivo, Dr. Luís Lemos, Dr. Armando Lemos, Dr. Pedro Pontes, Dr.ª Idália, restantes funcionários, Sr. Marcelino e colegas. Interveio começando por reforçar a ideia da deputada Margarida Guimarães, pela questão a que todos devem estar atentos, não só na área da Saúde, mas na Educação, a falta de Assistentes Operacionais que continuam a existir nos serviços. Referiu que é a favor dos Serviços Públicos, mas de qualidade e aí incluíu o serviço que a Autarquia presta ao nível das Termas do Carvalhal, dizendo entender que devem continuar da responsabilidade do executivo, mas que deve realmente prestar um bom serviço considerando que, atualmente, não presta. Disse que não querer dizer que é responsabilidade deste executivo que tem apenas um ano de mandato, arrastou-se ao longo de muitos anos, se calhar aconteceram investimentos ou gastos que foram tidos e não os investimentos necessários para que tornasse

rentável as Termas do Carvalhal, porque está-se, conforme alguém referia recentemente, a duzentos metros de uma autoestrada, em que as pessoas saem precisamente naquele local e vão para São Pedro do Sul, porque lá, têm outra qualidade e outro serviço. Disse restar que ao serviço das Termas do Carvalhal este seja melhorado para que as pessoas fiquem a duzentos metros da autoestrada, pois de certeza que não fazem trinta quilómetros, embora o tapete tenha sido arranjado, não é a estrada que melhor se faz. Também disse corroborar as palavras do deputado João Henrique e também dar os parabéns ao executivo, na pessoa do Senhor Presidente, com quem tem conversado relativamente a esta área, dizendo conhecer a sua preocupação com a Proteção Civil mas também diz ser da opinião do deputado João Henrique, porque realmente é necessário uma reforma ao nível da Proteção Civil dizendo concordar quando se diz que, Castro Daire está muito à frente daquilo que se faz na generalidade dos concelhos, mas muito à frente...mas não se está, como se deveria estar, precavendo outros verões e disse que este ainda não terminou, é necessário ter cautela e sobretudo fazer o nosso trabalho, sendo necessário refletir sobre quais são as verdadeiras prioridades ao nível da Proteção Civil. Referiu também corroborar as palavras da informação que o Senhor Presidente enviou aos deputados e que deputado Alexandre Pereira ressalvou em relação à questão do Marco Meneses, mas disse que não gostaria de deixar de reafirmar, tal como o deputado Alexandre Pereira fez, destacando a tricampeã nacional, Ana Sofia Pina, em duzentos metros estilos, cem metros estilos e cem metros bruços nos últimos campeonatos nacionais do Desporto Escolar no escalão de Juvenil, em que foi tricampeã, porque não pode participar em quatro, tendo sido naquilo em que a deixaram participar. Disse achar que é merecedora desse louvor. Salientou que quando começaram com a Escola de Natação em dois mil e cinco, era esse o sonho, realmente potenciar uma modalidade, onde fossem referência a nível local, regional e até nacional. Felizmente, passados estes anos, o desejo concretizou-se e o louvor referido, mais do que o atleta A ou B, deveria ser feito à Escola Municipal de Natação e ao clube recetor (O' Crasto) que recebeu, por inerência competitiva a secção de natação, pelo brilhante trabalho realizado e os seus atletas pelo esforço que fazem. Por último, deu os parabéns ao executivo pela Festa das Colheitas, pela oitava edição da Festa das Colheitas. Relembrou que esta começou há oito anos atrás, ainda na antiga Feira das Vacas, com seis ou sete carros de bois e foi crescendo, paulatinamente. Disse que muitos acusaram, quem organizava, que seria uma despesa, é evidente que para evoluir é preciso investimento, e as coisas foram evoluindo e a sexta edição foi melhor do que segunda e a sétima foi melhor do que a sexta e a oitava foi seguramente melhor do que a sétima, até porque a empresa organizadora foi a mesma. Os funcionários empenharam-se este ano, é verdade, também já se empenharam noutro ano. O executivo teve um grande mérito, foi ter a capacidade abrir o que era uma feira agrícola, uma feira canalizada para aquilo que são as atividades agrícolas, dar-lhes um cariz mais industrial e mais comercial. O deputado deixou um desafio para o ano, deixando de ser FICA para ser EFICA

alargando-se à Educação ou DFICA e alargar-se à questão do Desporto e Desenvolvimento. Finalizou dizendo que o caminho faz-se sempre caminhando e o seu agradecimento a este executivo é um agradecimento a todos os executivos que fizeram desta feira agrícola, hoje, Feira Industrial, Comercial e Agrícola de Castro Daire aquilo que ela é hoje. Também deixou o repto, de que para o ano, seja ainda melhor.----------

---------**Pedro Alexandre Almeida Silva**----------

---------Iniciou a sua intervenção cumprimentado a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Secretários, o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores e referiu que o que o leva a intervir, é deixar à consideração da mesa, um voto de pesar pelo saudoso João Costa, por tudo o que fez em prol da comunidade. ----------

--------- ----------

---------Não havendo mais inscrições, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal solicitou que o Senhor Presidente respondesse às questões solicitadas pelos elementos da Assembleia. ----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**----------

---------Interveio cumprimentando a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Secretários, restantes elementos da Assembleia Municipal e o Senhor Marcelino. Disse que tentará ser sucinto até porque há assuntos transversais a algumas intervenções. Referiu-se à intervenção do deputado Alexandre Pereira quanto ao voto de louvor efetuado e considera ser de todo merecido. Disse que é importante saber realçar e saber reconhecer o mérito de quem o tem e de quem leva o nome do concelho além-fronteiras, como têm feito estes atletas. Referiu-se ainda à sugestão do deputado Horácio Ribeiro, relativamente ao reconhecimento/voto à equipa, considerando uma boa sugestão. Disse ainda que é importante estar-se ao lado de quem, efetivamente, promove o orgulho de ser castrense. Disse ainda ter ficado muito sensibilizado com a intervenção do deputado António Ferreira quando diz que alguém lhe ligou a dizer que tinha sentido muito orgulho em ser Castrense e neste caso em concreto, nós também temos muito orgulho no Marco, um jovem deste concelho que apesar do problema de saúde que possui, conseguiu este enorme feito, sendo de todo merecido. Quanto à questão colocada pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos em que diz que o Município informa que a Junta é que tem que fazer, disse desconhecer quem lhe deu essa informação nem quem disse isso a essas pessoas. O que é certo é que o executivo até já foi ver algumas dessas situações, nomeadamente uma dessas que irá, em breve ser resolvida. Disse que o executivo quer colaborar com as Juntas de Freguesia e não atuar em função da cor clubística, ou outra qualquer situação. Salientou que não se estão a empurrar responsabilidades para ninguém, mas achar que ele, ou algum elemento do executivo, tenha dito que

esta situação é da responsabilidade da Junta de Freguesia, disse desconhecer. Também disse que a situação que foram ver ao local, do alargamento de uma rua, está por resolver a um número largo de anos. Transmitiu que o executivo não empurra responsabilidades para os outros. Solicitou, ao Presidente da União de Freguesias que o informe de que pessoas terão afirmado o que referiu, pois faz questão de os esclarecer diretamente porque, da parte do Senhor Presidente, nunca o fez. No que concerne à questão da ETAR da Bacia de Courinha, está a finalizar-se o processo do empréstimo e está agora no Tribunal de Contas, estando a ser finalizadas todas as peças procedimentais necessárias para a abertura do concurso e disse acreditar que dentro de uma semana o concurso irá ser aberto para o investimento. Relativamente às Termas do Carvalhal efetivamente teve-se um problema que afetou o caudal, alguns equipamentos também avariaram e uma bomba caiu num dos furos. Houve a necessidade de se fazer um trabalho de visionamento do furo, um trabalho de remoção da bomba, solucionou-se o problema e neste momento as Termas do Carvalhal estão a funcionar em pleno. Salientou que Castro Daire tinha deixado de ter grupos do Inatel há vários anos e conseguiu-se que voltassem e esta semana estão já nas Termas do Carvalhal. Foi uma preocupação enorme, pois depois de um trabalho de recuperação dos grupos, em que as termas não estivessem em pleno, mas estão, e no domingo passado, entraram na Unidade Hoteleira os grupos do Inatel. Este foi o primeiro grupo de três e também se conseguiu que os grupos viessem conhecer o concelho, decorrendo pequenas degustações no Mezio e na vila, tudo pago pelo Inatel e sendo dinheiro que fica no nosso território. Em jeito de conclusão, tudo o que é a dinâmica das Termas do Carvalhal foi alargada ao resto do concelho. Para além disso, conseguiu-se no âmbito de formações ministradas pelo Inatel, noutras Termas, nomeadamente em São Pedro do Sul e Resende, que formadores de Castro Daire conseguissem dar formação nessas mesmas termas. Está a fechar-se também um protocolo adicional com o Inatel no sentido de dar condições preferenciais aos associados do Inatel para a realização de tratamentos nas Termas do Carvalhal, ou seja, tentar explorar-se ao máximo todas as vertentes possíveis junto de uma instituição como o Inatel que movimenta muitos milhares de pessoas pelo país entrando neste circuito de pessoas. Referiu-se à intervenção do deputado José Gonçalves, disse que é evidente que as condições foram claras no momento da abertura da concessão e que, no caso em particular do deputado até já teria alguma afinidade com os custos associados à exploração uma vez que até foi a Junta de Freguesia, mas não está com isto a dizer que não é intenção do executivo dotar aquele espaço com outras condições. Disse que é intenção, estando a trabalhar-se para tal, no sentido de que para o ano a situação corra melhor, porque quanto melhor for para quem estiver a concessionar, melhor. Disse não ficar agradado por saber que tiveram que pagar três mil euros por causa da energia elétrica. É evidente que se esse dinheiro ficasse no bolso do deputado, provavelmente poderia investi-lo na sua terra e isso sim é o mais importante. Quanto à intervenção do deputado Marco Andrade e à questão

da água do Canado, solicitou ao Senhor Vice-presidente, que tem acompanhado o processo mais de perto, que fizesse o esclarecimento necessário. ----------

---------**Intervenção do Senhor Vice-Presidente** ----------

---------Iniciou a intervenção cumprimentando todos os presentes e passou ao esclarecimento solicitado. Deu conta que a água de abastecimento público do Canado nada tem a ver com a questão colocada. São duas coisas distintas. Quanto à água ora questionada, o Município ouviu a população e tem estado em contacto com a Junta de Freguesia na resolução do problema. Entretanto, a Câmara Municipal com o Presidente da Junta de Pendilhe a fim de se inteirar das ocorrências verificadas sobre a água do "estricão", água esta que brota na encosta do monte, no limite da divisão de freguesias de Mões e Pendilhe e que escorria encosta abaixo. Da reunião concluiu-se que a Freguesia de Pendilhe alugou a dita nascente a um particular. Entre o pedido de reunião e a sua realização decorreu algum tempo. A água em causa, explorada e conduzida até ao depósito do Canado vinha reforçar o caudal da água de abastecimento público à referida aldeia que no estio, a água da nascente que abastece o Canado é muito diminuta. Dos contínuos contactos havidos entre a população do Canado e Câmara, entendeu-se irem algumas pessoas a uma reunião da Junta de Pendilhe perceber as razões do aluguer da nascente. A Junta de Freguesia de Pendilhe demonstrou boa vontade para colaborar com a população do Canado, pelo que poderá passar por uma suspensão do contrato. Dada a situação, foi planeada uma visita em breve ao local com a Câmara, a Junta de Freguesia e elementos da aldeia, para se estudar a possibilidade de se explorar a água na vertente da freguesia de Mões, uma vez que é urgente arranjar um reforço de caudal, neste local para garantir qualidade e quantidade de água ao domicílio. Todos sabemos que a situação presente não é cómoda para ninguém. ----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal** ----------

---------Retomou a sua intervenção o Senhor Presidente da Câmara referindo-se, novamente, à intervenção do deputado Marco Andrade quando se refere ao projeto de requalificação urbana da vila de Mões. Disse a este respeito que não possuem nenhum projeto de requalificação daquela zona. Salientou que não está com isto a dizer que não seja intenção fazer requalificação daquela zona, nomeadamente, a estrada de Cerdeiró que é uma prioridade. No que concerne à recolha do lixo disse terem insistido muito com o Planalto Beirão, mas é um problema que é transversal a todos os Municípios associados do Planalto Beirão, porque o Planalto Beirão tem um concurso aberto para a aquisição de novas viaturas para conseguir prestar um melhor serviço e que está parado no Tribunal de Contas há uma série de meses, o que provocou neste verão vários problemas. Além disso, há uma outra questão que tem que ver, e já se falou nisso algumas vezes tendo mesmo contactado a GNR, porque nem a Junta nem o Município têm responsabilidade relativa aos monos (como

frigoríficos, colchões). As pessoas devem ligar para a Câmara para programar as recolhas, mas na maioria das vezes não o fazem e deixam em qualquer lugar e como o fazem em horas que ninguém vê, não se sabe quem depositou, o que gera variados problemas. Houve inclusive uma situação, que o deputado Marco comunicou e o Senhor Presidente comunicou à GNR, para que pudessem passar pelo local, para pelo menos perceber se haveria alguma coisa que pudesse identificar o infrator e nesse sentido, atuar-se. É preciso dar um sinal de que estas coisas não podem acontecer. Disse ter sido o próprio a ligar e participar à GNR. É importante que quem está no território mais próximo, as Juntas de Freguesia e cada um dos elementos da Assembleia, pudessem também ajudar a clarificar este assunto junto das pessoas. Pode voltar a fazer-se uma campanha de sensibilização para que sempre que haja algum produto de maior volume, que não entra dentro de um caixote do lixo, contacte a Câmara Municipal que posteriormente programa a respetiva recolha. É importante que as pessoas saibam que existe uma forma para que estas coisas se resolvam e não de forma anárquica. No respeitante à iluminação pública disse que o relacionamento com a EDP nem sempre é fácil e neste caso em concreto, solicitou ao deputado que lhe fizesse a relação de todas as situações referidas que o próprio Senhor Presidente fará chegar a informação ao responsável da EDP. A questão dos cães abandonados também é algo que preocupa o executivo, algo que desde o início do mandato que se definiu como objetivo e já se fez uma candidatura para a construção de um Centro de Recolha Oficial de Animais em Castro Daire, já se tem o parecer positivo da Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) e aguarda-se o parecer positivo de quem financia o investimento. Disse acreditar poder ser possível porque é um problema e até em termos nacionais considera que há sensibilidade para isso, até porque acredita que em termos de acordos governamentais e a entrada do Partido Político Pessoas – Animais – Natureza (PAN), possa ser um aspeto positivo para se resolver esta questão. O que é certo é que a candidatura está feita, há o parecer positivo da DGAV, aguarda-se o parecer positivo para o financiamento. Referiu-se também ao final da intervenção do deputado Marco Andrade, quando refere "a deceção e amargura pelas obras a serem feitas na Junta de Freguesia" e disse que também gostava de ter feito mais do que aquilo que fez, disse achar que a afirmação não é negativa da parte do deputado pois o próprio também gostava de ter feito mais, mas não houve foi recursos para tal. Quanto à última parte da afirmação, falar em táticismo e táticas políticas, disse não tem qualquer encaixe, foi proferida pelo deputado mas para o Senhor Presidente não tem qualquer encaixe porque não é dessa maneira que vê nem está na política à frente dos destinos da Câmara Municipal. Com relação à intervenção feita pela deputada Margarida Guimarães relativamente aos Assistentes Operacionais, disse ser uma preocupação e disse que tiveram algumas reuniões onde esta situação foi discutida, inclusivamente uma funcionária da Câmara Municipal foi deslocada para a unidade porque era insustentável o que estava a acontecer no Centro de Saúde de Castro Daire e isto foi feito em consonância com o antigo Diretor

do Agrupamento de Centros de Saúde (ACeS). O Senhor Diretor informou, na altura, o Senhor Presidente de que não poderia efetuar contratação nenhuma e havia um princípio de acordo, no sentido em que poderiam conseguir, por mobilidade, dotar o Centro de Saúde com pessoas e nesse sentido, o Senhor Presidente disponibilizou-se para colocar um Assistente Operacional e entretanto, se iniciassem os processos de mobilidade, de entre os funcionário da Câmara encontrar uma solução, via mobilidade resolvendo o problema do Centro de Saúde. O problema é que o Diretor do ACeS mudou e tudo voltou à estaca zero e sem qualquer andamento. Inclusivamente, havia uma senhora afeta à Câmara de Tavira, salvo erro, a pedir mobilidade para o concelho e foi logo direcionada para o Centro de Saúde, assim seria mais uma pessoa para o concelho e durante algum tempo conseguia-se ajudar a resolver o problema. Sugeriu a realização de uma reunião com a deputada, com o Senhor Dr. Sertório e com o ACeS e perceber se tem andamento, ou não, e ver como está o processo. Referindo-se à intervenção do deputado João Henrique disse que o Ar Condicionado é verdade, que já se havia falado disso e que é intenção resolver esta questão, para breve, mas ainda não houve forma de o fazerem. Relativamente aos parabéns pela FICA, aproveitou para fazer uma pequena abordagem sobre tudo o que foi referido e o que aconteceu. Salientou que gostava que ficasse claro, nesta Assembleia Municipal, que em toda a comunicação que se fez, nunca esconderam o trabalho que tinha vindo a ser feito nos anos anteriores. O que sempre disseram foi que se pegou na Festa das Colheitas, que possuía o concurso nacional de Raça Arouquesa, de gado, onde havia o passeio dos carros de bois, onde havia as tradições inerentes às colheitas e fez-se um *upgrade* e deu-se uma dinâmica completamente diferente, transformando-a numa feira de atividades económicas. Disse ainda que, na sua opinião, também foram felizes com o nome, FICA Castro Daire, e que esta atividade deixou marcas, tendo dado o exemplo de que esteve numa reunião com o Secretário de Estado das Florestas, CIM Viseu Dão Lafões e os vários autarcas da região, nomeadamente o Vice-Presidente da Câmara de Viseu que lhe deram os parabéns pelo impacto que esta feira teve. O Senhor Presidente também disse que para si o mais importante, não foi a festa em si mas sim a capacidade que este evento teve de trazer muita gente de fora de Castro Daire a Castro Daire, também levar o nome de Castro Daire além-fronteiras por coisas boas, tendo-se conseguido transmitir a potencialidade do nosso concelho fora de portas e em conversa com a produção da TVI e com a apresentadora Leonor Poeiras, estes estavam impressionadíssimos com a gente que viram e potencialidade daquilo que conheceram. Nesse aspeto, disse achar que foi um enorme sucesso. Ainda sobre a TVI, é importante desmistificar, porque na rua circulou a ideia de que a Câmara ía gastar cento e cinquenta mil euros com a TVI, depois oitenta mil euros, cinquenta mil euros, mas não se pagou rigorosamente nada à TVI. A única coisa que foi necessário suportar foram as despesas de alojamento, despesas de alimentação e que até acaba por ser dinheiro que fica no concelho porque a alimentação é feita cá e o alojamento também. Foi necessário assegurar a

logística de que eles necessitavam, como o palco, os camarins, os geradores, mas isso são as logísticas inerentes à atividade. Disse pensar que foi extremamente positivo e esta questão é importante ficar completamente clarificada para que não hajam pessoas a dizer coisas que não correspondem à realidade. Mas há outros aspetos que deixaram o Senhor Presidente extremamente satisfeito como ouvir donos de restaurantes dizendo que serviram almoços até às quatro da tarde. Também, saber que os cafés e os restaurantes venderam tudo o que havia para vender e isto é trazer dinâmica económica ao concelho, fazendo com que venha dinheiro de fora para dentro e ao mesmo tempo, disse não ter dúvida nenhuma que este evento permitiu colocar Castro Daire no mapa nacional e até internacional. Acrescentou que, quer se queira quer não, é preciso ter competitividade territorial porque os territórios estão constantemente em competitividade. Para as pessoas escolherem vir a Castro Daire tem que haver alguma coisa que as faça vir e também conhecer o que aqui há e esse foi também um dos objetivos. Referiu-se ainda à adesão dos expositores que foi extraordinária tendo-se contado com cerca de cento e quinze expositores, todos eles estavam muito satisfeitos com a iniciativa, fez-se um questionário de melhoria, porque há aspetos a melhorar, tendo inclusive destacado um aspeto, pois em virtude da elevada atração fez com que as pessoas chegassem a Castro Daire e, por nunca cá terem vindo, não sabiam onde era o Parque Urbano e esta situação resolvia-se com umas meras placas indicativas do evento. Disse ainda que esta atividade foi conseguida fruto do trabalho de muita gente e deixou uma palavra de apreço a todos os funcionários da Câmara que estiveram envolvidos nesta iniciativa, pois recebeu imensos elogios pela qualidade e até da eficiência da limpeza das casas de banho, pelo que o mérito tem que ser dado a quem o tem e teve-se uma equipa fantástica a trabalhar, de funcionários da Câmara, neste evento. Recebeu imensas mensagens, que não conseguiu responder de amigos e familiares que estão no estrangeiro o que significa que chegou fora de portas. Temos que ter a capacidade de ouvir falar bem de Castro Daire e este evento teve essa capacidade. Disse ficar muito orgulhoso por ouvir comentários como o do deputado António Ferreira quando diz que teve uma familiar que não vive no concelho que o contactou e ter-se sentido Castrense e ter visto o programa na televisão, é para todos um orgulho. Quanto à questão do bairro "praquistão" é verdade o que o deputado João Henrique referiu e até tinha sido falado em sessão de Assembleia e uns dias depois a situação verificou-se, porque não dependia da Câmara. Em contrapartida, tinha-se falado da tela mas essa foi retirada pouco tempo depois. Entretanto foi uma situação que ficou sanada. Quanto aos buracos e à saída das águas pluviais, oportunamente irá ser vista. Quanto à Proteção Civil, disse ser da opinião que em termos de Proteção Civil, o concelho está muito à frente face a muitos outros concelhos mas também muito é fruto daquilo que são os comandos e direções dos Corpos de Bombeiros. É evidente que é preciso fazer muito, que estão disponíveis para o diálogo para encontrar as melhores soluções e deixou um pequeno pormenor resultante da reunião com o Senhor Secretário de Estado das

Florestas em que no âmbito de todos estes processos, há algo que o Senhor Presidente referiu e defende que é a única forma que se tem de combater os incêndios é valorizar o território e ter-se gente no mesmo. Depois, não se pode ter políticas que castrem a possibilidade das pessoas viverem no território. Tem-se um problema, que não existe apenas em Castro Daire mas pelo país fora, que tem que ver com o elevado risco de incêndio e disse ao Senhor Secretário de Estado que o que o Governo estava a fazer era castrar, porque há investidores que querem construir um aviário, uma exploração de caprinos e por causa do elevado risco de incêndio, está a bloquear o desenvolvimento dos territórios e sabem o que lhe respondeu, não houve resposta por parte do Senhor Secretário de Estado. Ainda na reunião, o agora orador interpelou novamente o Senhor Secretário de Estado sobre a mesma questão e a resposta foi "ainda bem que fala nisso, porque me tinha esquecido de referir alguns aspetos" e voltou a não responder. Acrescentou que esta questão do risco de incêndio e este tipo de situações, são situações em que o executivo não vai abrandar no que é a postura e posição. Se não houver pessoas no território, ninguém vai cuidar do que quer que seja e um terreno se não estiver cuidado, o risco de incêndio aumenta exponencialmente. É fundamental lutar por isto, mas o executivo está aberto para discutir os assuntos abertamente, como sempre estiveram e disse ambas as corporações de Bombeiros sabem disso, para se encontrarem as melhores soluções. Quanto à intervenção do deputado Lino Silva e no respeitante à questão da frota de automóveis, disse que é evidente que gostava de já ter feito alguma renovação de frota mas não foi possível. No final próximo ano, todas as viaturas que o Município possui, exceto a de dezasseis lugares, ficam sem condições de transportar alunos paras as escolas pelo que é algo que preocupa o executivo, mas não houve ainda essa possibilidade. O cartão Viver Mais, a justiça social e afins disse que tem a consciência que não se consegue mudar tudo de uma só vez e sublinhou que a esta sessão de Assembleia Municipal, vêm regulamentos que fazem ajustamentos a situações que estavam a acontecer e que criavam injustiças sociais. É evidente que também é intenção olhar para esses regulamentos com olhos de ver e com certeza de que numa próxima Assembleia, mediante o que é a priorização dos trabalhos, far-se-á a alteração. A alteração ao regulamento da Melhoria Habitacional é efetivamente uma questão de justiça social e outras melhorias serão feitas em outros regulamentos para que, aquilo que é o serviço municipal, seja feito com mais equidade e mais justiça. Quanto à Proteção Civil e à questão das limpezas, disse que iria lançar um desafio ao deputado, porque no ano passado estiveram em funcionamento os dois tratores e vários serviços contratados externamente e se o deputado afirma que com um trator se consegue fazer um melhor trabalho, desafiava a coordenação desse trabalho ao deputado para que com um trator se consiga fazer. Disse não saber como será possível mas fruto da sugestão proferida, irá aceitá-la e em conjunto encontrar o caminho para que se possa ter um trabalho com melhores condições. Quanto ao tapar de pequenos buracos nas estradas, disse a este respeito que já se iniciou um trabalho de regularização desses problemas de

uma maneira diferente. Afirmou que o Senhor Presidente da Junta de Gosende pode inclusive confirmar tal situação, pois no alto do Rossão havia um problema constante de buracos a serem tapados sistematicamente e com esta forma diferente de intervir, com outra metodologia, sendo intenção em zonas críticas do concelho, onde constantemente se leva alcatrão para tapar buracos, esse trabalho seja feito de forma mais definitiva. Esta forma demora mais tempo a executar mas os resultados serão melhores, sendo essa a expectativa. Investe-se mais tempo agora para resolver o problema, mas com uma eficácia diferente e quando esta volta estiver dada, estar-se-á até em condições de se libertarem pessoas para outro tipo de trabalhos sem ter que se andar, constantemente, a tapar os mesmos buracos. Depois, o deputado questionou se que tudo o que é comprado tem requisição, disse-lhe que sim. Acrescentou que há coisas que terá oportunidade de falar com o deputado porque há coisas, em que se deve ter a frontalidade de as assumir e de as dizer, no lugar e sítios certos, pelo que o irá chamar para abordar estas questões. Salientou que não desconfia de ninguém e haverá oportunidade de perceber melhor as afirmações proferidas pelo deputado. Relativamente à questão do Marco Meneses e conseguir arranjar-lhe um trabalho no futuro, não pode dizer nem que não nem que sim, mas uma coisa poderá garantir, fruto do Marco Meneses e da Ana Sofia Pina terem tido o mérito e o trabalho que têm, os custos acrescidos para se manterem neste nível, foi deliberado em executivo municipal, um valor para compensação destas despesas extras que são inerentes a atletas de alto rendimento. É neste sentido que se pretende apoiar, porque às vezes é por milímetros ou por segundos que se perdem grandes atletas, grandes talentos. Acrescentou que, em concreto, com muita pena do Senhor Presidente, viu o filho do deputado Lino Silva ter que emigrar porque era alguém em quem depositava muito orgulho porque já tinha tido feitos muito importantes e efetivamente não foi valorizado quando devia ter sido, pelo que concorda com o deputado, neste sentido, ter-se-á cuidado com estes atletas. Também disse que não se conseguirá fazer tudo mas o executivo está disponível para encontrar soluções que possam permitir que estes atletas e talentos não se percam. Voltou novamente à temática das Termas do Carvalhal para dizer que as termas não têm condições fantásticas para aquilo que é um turismo, cada vez mais de bem estar, mas disse que se tiveram a oportunidade de ler a informação do Presidente, é algo para o qual se está a olhar com os olhos devidos. Um novo balneário terá sempre um elevado custo e não deixará de ser um mero novo balneário, por isso, está a olhar-se para as termas com uma visão diferente que é a seguinte: se apenas se tiverem salas e banheiras de hidromassagem, piscina interior, tal como todos os outros têm, nada disto vai ser diferenciador face a toda a concorrência que existe, porque existem muitos novos balneários pelo país fora mas é preciso ter a capacidade de ter algo nas Termas do Carvalhal que seja efetivamente diferenciador e faça o clique na cabeça das pessoas no momento da decisão para onde ir. Esta situação já foi também falada com o Senhor Presidente da União de Freguesias de Mamouros, Alva e Ribolhos. Há um

projeto já candidatado, ao Valorizar, ao Turismo de Portugal para a construção de umas piscinas termais exteriores de água quente e recuperação dos moinhos que se encontram em ruínas para transformar em algo como um *spa*, sauna, *jacuzzis*, salas de massagem e ter a capacidade dessas piscinas serem utilizadas em altura mais fria. Disse já ter estado numas termas na Suiça onde estava tudo cheio de neve e a utilizar a piscina termal e tinha uma brutal afluência de pessoas. Com este exemplo, pretendeu mostrar a visão que o executivo tem para as Termas do Carvalhal, ou seja, para além do que é dotar as instalações com condições mais dignas e mais nobres, é ter também alguma coisa que as diferencie com capacidade de atrair pessoas de fora e capacidade de gerar mais valias e gerar riqueza para dentro do território e isso só se consegue com diferenciação. Este é um projeto que está no Turismo de Portugal, a ser avaliado, e este é um projeto importante para Castro Daire, para o distrito e até para o país porque não existe nada idêntico ao que agora se está a referir. No que concerne aos assuntos solicitados pelo CDS/PP, por escrito, iniciou as suas respostas pela conduta da água. Assim, referiu que quando este executivo entrou, a postura e posição foi a de perceber qual a melhor solução, nos mais diversos aspetos. Disse não ter dúvida nenhuma que a solução que existia e o projeto existente, tinha-se o dinheiro que até foi aprovado em anterior Assembleia mas, pela Estada Nacional Dois iria ser um caos em termos de trânsito, cada vez que a pá da máquina procurasse abrir a vala, como é uma conduta de fibrocimento, com as movimentações de terra, estaria constantemente a partir e por consequência, falta de água constante na vila de Castro Daire e aldeias limítrofes e a associar isto tudo, disse que esta decisão foi tomada também com o projetista da obra. Tem-se um projeto de execução onde os diâmetros, os caudais, as perdas de pressão foi tudo avaliado tecnicamente. Salientou que não foi o agora orador ou o executivo que tomou essa decisão, simplesmente entre duas soluções possíveis, optou-se por aquela que pareceu melhor nos vários sentidos inclusive na económica. Salientou que a estimativa do executivo para a obra, comparado com o investimento previsto que rondaria nos setecentos e tal mil euros, rondará agora cerca de trezentos mil euros, ou seja, depois da obra feita, devidamente projetada, e não foi o executivo que projetou a obra nem dimensionou o que quer que seja. Também foi questionado se a obra seria toda ela executada por administração direta ou apenas em parte, disse que se optou por uma solução com outro tipo de capacidade que é a utilização de um outro tipo de tubagem, em PEAD com soldadura topo a topo, evitando uniões em grande parte do troço, porque são soldados. Disse ainda que o Município também o poderia fazer por administração direta alugando o equipamento e executando-o mas optou-se, por uma questão de responsabilização, adquirir o tubo já soldado, mas quem abre e tapa a vala são os funcionários da Câmara. O tubo será colocado e soldado por quem o fornece, para que no futuro se evite que digam que o defeito foi do tubo ou do soldador, por isso optou-se pela solução do tubo ser comprado soldado. Quanto à questão da reparação do edifício da Câmara Municipal, disse que esta reparação já aconteceu, ficou

muito bem e é evidente que o executivo tomou uma decisão refletida e antes de se avançar com o processo e números são números, são factos, consultaram-se duas empresas locais pedindo orçamentos para a execução do trabalho e um deu o orçamento de vinte e três mil, trezentos e trinta e três euros e dez cêntimos e outro vinte e um mil, novecentos e cinquenta e cinco euros e cinquenta cêntimos. O que o Município gastou naquela obra foi sete mil e setenta e quatro euros e cinquenta e seis e diz pensar que isto responde, em grosso modo, às perguntas efetuadas. Ao mesmo tempo, nos procedimentos que se fizeram para a aquisição de materiais, também fazem uma pergunta quanto ao aluguer dos andaimes, é evidente que num sítio daqueles não se poderia usar andaimes achanatados e como o Município não os tinha, foi necessário recorrer ao seu aluguer, mas no valor dos sete mil euros, está incluído o aluguer dos andaimes, que rondou os três mil, seiscentos e cinquenta euros. Disse ainda que, no tocante à pintura do edifício e relativamente às marcas de tintas usadas, foi utilizada a tinta da marca Robbialac para a pintura das paredes do edifício e foi usada a marca Duquebel para a pintura das caixilharias do edifício. Ao mesmo tempo, adquiriram-se outras tintas para fazer trabalhos nas escolas, nas Termas do Carvalhal e no Centro Municipal de Cultura que também será pintado posteriormente, pois neste momento, a intervenção está a acontecer nas Termas do Carvalhal. Os procedimentos foram todos feitos de forma legal, por ajuste direto porque não era necessário abrir concurso público para uma adjudicação deste género e no final de contas, o Senhor Presidente disse estar de consciência tranquila relativamente àquilo que é a decisão que se tomou em fazer a pintura do edifício, por administração direta. Quanto à questão do Mundial de Futebol dois mil e dezoito, disse que a Federação Portuguesa de Futebol ofereceu à Câmara de Castro Daire, tal como ofereceu a todos os outros Município do país, cinquenta bilhetes para que naquele dia se levassem e existisse uma presença significativa lá abaixo e o que se fez foi abrir a possibilidade a todos os funcionários e salientou, a todos os funcionários, que se inscrevessem. É evidente que, no final, se houvesse mais pedidos do que bilhetes, teria que haver alguma forma de rateio e também não poderiam ir todos os funcionários de uma secção e a mesma ficar vazia. Disse ainda que não se esgotaram os bilhetes que haviam disponíveis, não tendo ido cinquenta pessoas ver o jogo. O Senhor Vereador Armando Lemos acompanhou a atividade, porque o executivo faz questão que nestas atividades haja sempre um político a acompanhar para que as coisas corram bem e que não haja nada que possa vir a condicionar. Depois, no que diz respeito ao Mundial e naquilo que foi uma iniciativa de trazer o Mundial e os jogos da Seleção à vila de Castro Daire, tiveram um objetivo claro, o de trazer alguma dinâmica e gente à vila e ao mesmo tempo apoiar duas instituições do concelho, os Bombeiros de Castro Daire e de Farejinhas, convite aceite pelos Bombeiros de Castro Daire e convite declinado pelos Bombeiros de Farejinhas por questões logísticas, até porque estão com grandes investimentos a decorrer neste concelho, com duas obras importantes e que dessa maneira pudessem ter algum apoio indireto. Disse ainda que a contratação

foi feita por ajuste direto, a empresas locais e a contratação não foi para apenas transmitir o período do jogo da seleção mas sim a animação de um dia inteiro com a transmissão de todos os jogos desse dia, com animação de insufláveis no Jardim Municipal e outras atividades com o custo individual de mil e seiscentos euros, tendo sido uma decisão que tomaram e que assumem e que tinha por objetivo dinamizar aquilo que é a dinâmica do concelho. Sobre o processo de regularização de eventuais dívidas não documentadas, disse que este é um processo sensível, um processo a ter algum cuidado em que já houve uma reunião com o anterior executivo, o que estava no poder e não com os vereadores da oposição e nessa reunião ficou combinado, por proposta ou sugestão do anterior executivo, serem confrontados os funcionários porque as empresas posteriormente enviaram documentos/orçamentos, faturas proformas que tinham assinaturas de quem teria recebido os bens e os artigos. Ficou combinado fazer-se esse trabalho internamente, um trabalho quase concluído e esteve marcada uma reunião para dia um de outubro novamente com o anterior executivo mas que, por questões de agenda, teve que ser alterada e adiada para dia dezasseis de outubro.----------

---------**João Cândido da Silva Henrique** ----------

---------Interveio questionando se as contas que foram apresentadas e aprovadas pela Assembleia Municipal contemplavam esse gasto já feito. Disse que tendo sido uma coisa consumida pela Câmara devia ter sido refletida. Referiu ainda que a Assembleia Municipal tem por obrigação fazer estas perguntas. Questionou e pediu um Sim ou Não para a seguinte questão: É verdade ou é mentira que, o executivo anterior, tinha feito dívida que não a documentou, que não estavam refletidas nas suas contas e que agora estão a aparecer? Sim ou Não?. Se há, ou não despesa feita, anteriormente, que não estavam nas contas. ----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**----------

---------A essa pergunta é fácil responder. Aquando da aprovação das contas, havia aquilo que era a reclamação, ou seja, o que os fornecedores reclamavam como dívida. Depois disso, os fornecedores sustentaram esse valor reclamado com base num conjunto de documentos e muitos deles já estão confirmados como sendo dívida. Em resposta ao questionado pelo deputado João Henrique, disse que a resposta é Sim. Acrescentou que este é um assunto delicado e nada está a ser feito à revelia do anterior executivo, estando a ser acompanhado também por eles e esteve marcada uma reunião para dia um de outubro, mas por motivos de agenda foi mudada para dia dezasseis. ----------

---------**Horácio António de Paiva Ribeiro**----------

---------Interveio dizendo que passado um ano, está assumida a dívida, já assumiu que não estava cabimentado mas entretanto assumiu-se que a dívida foi gasta pelo Município, o serviço foi feito ao Município. Também referiu que a maioria das empresas são Castrenses e esse dinheiro faz falta à

economia, portanto, um ano depois, essas empresas já mereciam ter recebido esse dinheiro. Podendo o processo não ter sido o melhor, mas tem que se andar e esse dinheiro tem que chegar a quem está em dívida. Salientou que se calhar algumas empresas até já fecharam, disse não saber. Mas se não fecharam, certamente, não estão com as condições necessárias para poder usufruir de um dinheiro que já deviam ter recebido. Portanto, um ano para resolver, se as coisas já estão comprovadas que foram feitas, tem que ser pago. Acrescentou que a questão da EDP é, se calhar, uma questão mais melindrosa, se houve ou se não houve, mas as questões que podem ser resolvidas, nomeadamente o do comércio local, o das pequenas empresas, têm que ser resolvidas o quanto antes.----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**----------

---------Interveio referindo que partilha da mesma opinião que o deputado Horácio Ribeiro, mas neste momento tem-se um problema de legitimidade de adjudicação e questionou, quem é que vai adjudicar esse trabalho. Quem vai assumir a responsabilidade de adjudicar esse serviço? É preciso encontrar uma solução e por isso se tem uma reunião marcada com o anterior executivo e com o Gabinete Jurídico para se encontrar uma solução. Disse que, certamente, qualquer pessoa compreende, que o Presidente não pode assinar uma adjudicação que foi sustentada numa entrega ou numa assinatura do mandato passado. Porque, quem ficará com a responsabilidade da ilegalidade é o Presidente, sendo este o problema. No dia dezasseis de outubro, no dia da reunião marcada, pretende-se encontrar uma solução, juntamente com o Gabinete Jurídico para que isto se possa efetivar. Salientou que esta situação é incómoda sabendo que se tem empresários do concelho e de fora, porque também é o nome da Câmara que está em jogo, que fizeram trabalho e que ainda não receberam. Mas, disse não poder ser o próprio a adjudicar de ânimo leve para que se possa pagar. Os advogados vão encontrar uma solução. ----------

---------**António Luís Fernandes Ferreira**----------

---------Usou da palavra para acrescentar que quem está habituado e sabe os procedimentos obrigatórios da Lei dos Compromissos e Pagamentos em atraso, o fornecedor tem a obrigação legal de saber que só pode fornecer o bem, o produto ou o serviço depois de ter sido cabimentado, de ter sido produzido um compromisso e de ser passada a requisição. Destacou que é uma obrigação do fornecedor, por isso, em primeiro lugar o fornecedor não tem capacidade legal para estar a exigir. Acrescentou que considera haver muito boa vontade por parte do atual executivo em resolver o problema. Disse ainda que é importante ter a noção que, ao lançar agora esses procedimentos, pressupõe-se que o serviço ainda não foi feito, o que significa que a responsabilidade, até criminal, será de quem vai ter o procedimento agora, ou seja, disse não lhe parecer, com todo o respeito, que se possa agora vir exigir ao executivo que se comprometa criminalmente por um erro que não é do

atual executivo. No limite, os fornecedores terão que ir bater à porta de quem lhe encomendou o bem ou o serviço sem cumprir os devidos procedimentos, e disse não saber quem foi, mas alguém terá sido. O que está a ser feito pelo executivo é um exercício de boa fé, porque nem sequer necessidade tinham de o fazer e tem que ter muito cuidado sob pena de vir a ser responsabilizado, por ações e comportamentos dos outros. ----------

---------**José de Almeida Gonçalves** ----------

---------Interveio dizendo que quem adjudicou foi uma Senhora que tem uma filha com dois anos e pensou ganhar ali alguma coisa, mas teve azar e correu mal. O deputado disse que pagou o gasóleo para o gerador, por uma razão muito simples, é que essa Senhora faz o favor de ser mãe da sua neta, não é nora mas é mãe da neta e por isso pagou, porque não quer a neta em maus lençóis. ------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal** ----------

---------No uso da palavra respondeu ao deputado José Gonçalves dizendo que também a intervenção que deu à resposta do deputado, foi em tom de brincadeira. ----------

---------**Lino Gonçalves da Silva** ----------

---------Interveio dizendo que relativamente à sua intervenção, e em relação à limpeza, esclareceu que há uns atrás um só trator fazia o acompanhamento das valetas a nível concelhio e fazia um excelente trabalho, porque traziam uma excelente equipa e, sempre que era necessário, como o deputado focou, uma mudança das lâminas, já havia um outro par em armazém para as substituir e o trator estava sempre em serviço. Disse que este é um dos esclarecimentos que diz pensar ser necessário. Quanto às faturas/propostas, quis dizer o seguinte ao Senhor Presidente, quis perguntar se tem conhecimento, se pode dar a certeza que no atual executivo, durante o ano corrente, tudo o que foi comprado foi através de, primeiro fazer a requisição e depois é que veio o material ou houve casos em que, como é normal, para desenrascar, devido a situações urgentes, não vieram primeiro e as casas porque confiam no Município forneceram e passaram a requisição a seguir. ----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal** ----------

---------Usou da palavra para responder ao deputado Lino Silva dizendo que em situação urgente, está previsto na Lei, como por exemplo, uma rotura de água, de um momento para o outro ser necessário fazer um trabalho excecional e se for preciso material excecional, está previsto na Lei e é cumprido. Quanto à questão das limpezas, disse que podem haver situações que possam não estar a ser bem feitas, mas o que lhe está a dizer e pelo que percebeu, as equipas que estão à volta das limpezas não serão as melhores, pela afirmação do deputado e lançou o desafio para em conjunto encontrarem a melhor solução. Disse que gostava de fazer a limpeza do concelho todo só com um

trator. Assim, lançou o desafio ao deputado no sentido de ser encontrada a melhor solução. É importante sentar para encontrar essa solução.----------

---------**João Cândido da Silva Henrique** ----------

---------Interveio para dizer que não sabe se a questão que colocou fez alguma comichão, porque agitou. Disse que nestas situações, em que está previsto na Lei o procedimento, foi feito de acordo com a lei, Sim ou Não? Não, parece-lhe. Quem foi responsável? Quer saber, porque já não sabe se foi este ou se foi o executivo anterior, porque não percebeu. Há sempre uma embaralhação. Ao longo dos últimos anos, na Câmara, nunca ninguém é responsável por nada, nunca há responsáveis. E o deputado só quer ser claro, só quer ficar esclarecido, porque na rua dizem tanta coisa e empola-se de todo o lado. Disse não estar a acusar ninguém de ter ficado, nem com um cêntimo no bolso, disse mesmo, longe do deputado tal ideia, está antes a perguntar quem foi que não cumpriu essas normas. Terá nome, ou é desconhecido? Ou não há ninguém? Foram funcionários? Foram autarcas? Quem foram? É o que o deputado pretende saber. E isso ainda não foi respondido. Depois, dizer claramente à população o que aconteceu, porque tal como foi dito pelo deputado Horácio Ribeiro, os fornecedores têm que ser respeitados. Mas também disse ser evidente que o deputado, no seu serviço, não se atravessaria por uma coisa que foi feita na anterior gestão ou gerência do sítio onde se está, como é evidente! Ninguém está contra os fornecedores mas deviam conhecer essa situação e não é pelo desconhecimento da Lei que a mesma poderá favorecer em qualquer situação, segundo o Código Civil. Salientou que não é a primeira vez que expõe esta situação nestas sessões, mas finalmente fica em ata, ficando escrito e esclarecido.----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**----------

---------Interveio dizendo que é evidente que, nesta sessão de Assembleia, já se pode dizer que Sim porque há funcionários da Câmara a confirmar que os serviços foram feitos. Nas Assembleias Municipais anteriores, quando o assunto foi discutido, é evidente que havia fornecedores a reclamar, é evidente que haviam situações que já tinham enviado documentação de suporte, agora já se tem funcionários a confirmar que as assinaturas que existem são deles. Pelo que, nesta sessão de Assembleia, já foi possível dizer isto e confirmar efetivamente que há serviços, há produtos confirmados internamente, fornecidos no mandato passado sem o devido procedimento e isso não há dúvida.----------

--------- ----------

---------Interveio a Senhora Presidente da Assembleia Municipal dizendo que entrarão no período da ordem do dia e as moções, votos para homenagear os desportistas e o voto de pesar será deixado para o final. ----------

---------PERÍODO DA ORDEM DO DIA----------

---------Foi feita a chamada aos membros da Assembleia Municipal, estando a faltar à sessão o deputado Constantino Duarte Silva e os seguintes Senhores Presidentes da Junta de São Joaninho, Cujó e Pinheiro que apresentaram a devida justificação. ----------

Ponto Um – Apreciação e votação da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de vinte e cinco de junho de dois mil e dezoito. ----------

---------**Marco Aurélio Lyrio Andrade**----------

---------Interveio para dizer que esteve numa reunião da ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias – e disse achar que nas atas, aquando da votação, as pessoas que se abstêm por não estarem presentes, não têm que constar lá, tem que constar apenas e de acordo com a legislação em vigor, as pessoas que estiveram na reunião, na sessão anterior, são essas que podem votar e depois constar na ata apenas que, fulano tal e fulano tal não votaram porque não estiveram presentes, mas ela pode ser votada por unanimidade, porque muitas vezes era votada por maioria, porque consta duas ou três abstenções e que na nova legislação isso agora já não é assim. Portanto, só votam os que estiveram presentes na sessão, que é normal, e os outros terá que constar apenas que fulano tal e fulano tal, para constar o número de presentes, que não votaram, porque não estiveram presentes na sessão anterior. ----------

Tendo-se procedido à correção proposta, foi posto este ponto à votação e a ata foi aprovada por unanimidade. ----------

---------O deputado Fábio David Pinto Figueiredo não participou na votação e discussão deste ponto, por não ter estado presente na reunião a que se refere a ata, em obediência ao disposto no número três, do artigo 34.º, do Código do Procedimento Administrativo. ----------

Ponto Dois – Associação Nacional de Assembleias Municipais – Aprovação da adesão Assembleia Municipal à Associação Nacional de Assembleias Municipais, dos Estatutos e da quotização. ----------

---------**Intervenção da Senhora Presidente da Assembleia Municipal**----------

---------Interveio esclarecendo que este ponto trata da confirmação da adesão à Associação Nacional de Assembleias Municipais e disse que, ainda no anterior mandato, existiram indicações de que os Municípios deveriam também proceder à adesão. Terão solicitado pareceres, foram elaborados novos estatutos e há necessidade dos Municípios aderirem, porque se trata de uma Associação Nacional de Municípios, embora o representante de cada Município seja o Presidente da Assembleia Municipal e portanto este procedimento chegou em agosto, ao Senhor Presidente da Câmara atual, porque disse ter sido questionada no início de julho sobre se a Câmara tinha aderido, ou não e

informou-os do seu desconhecimento achando que a adesão estava feita no ano de dois mil e dezasseis pela Assembleia Municipal, pelo que informou desta situação. A Câmara já aderiu e envia agora à Assembleia para confirmar a adesão. É uma questão formal, devendo ser primeiro a Câmara e depois a Assembleia Municipal.----------

Posto este ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.----

Ponto Três – Análise, discussão e votação sobre o reconhecimento do interesse público da Ação 10216 do PDR2020 – Renovação de Aldeias, para cumprimento da alínea i) do artigo 46.º da portaria número 152/2016 de vinte e cinco de maio.----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**----------

---------Usou da palavra dizendo que o executivo tem um conjunto de medidas definidas como prioritárias, ou importantes, para aquilo que é o desenvolvimento turístico do concelho nomeadamente, a Igreja da Ermida um *ex libris* que existe no concelho e que deve ser potenciado. Todavia, tem um problema grave que se prende com o facto de que, caso exista um autocarro e que queira ir com um grupo de pessoas visitar a Igreja ou se se pretender direcionar para a Igreja da Ermida, não há onde parar um autocarro. Face a isto, encontrou-se uma possibilidade de financiamento numa linha para se fazer este investimento. Essa linha pressupõe que este investimento tenha aprovação pelo Órgão Deliberativo da Câmara Municipal. O projeto, que pode ser visualizado pela planta que foi enviada aos deputados, consta na criação de estacionamento à beira Estrada Nacional Duzentos e Vinte e Cinco, junto a um caminho já existente, caminho esse que será beneficiado também e passa-se a ter um acesso pedonal à Igreja da Ermida a partir da Estrada Nacional Duzentos e Vinte e Cinco. O objetivo é esse e a candidatura carece de uma aprovação pelo Órgão Deliberativo. É uma candidatura simples, em termos daquilo que é a obra a executar mas o objetivo é passar a ter-se naquele sítio, junto à Igreja da Ermida, possibilidade de autocarros de Turismo poderem parar e os turistas subirem à Igreja.----------

---------**Horácio António de Paiva Ribeiro**----------

---------Usou da palavra solicitando um esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara. Disse que é um Programa de uma Renovação de Aldeias de uma Ação do PDR2020, apenas podem ser alocados a este tipo de valores? A questão é se pode ser alargada a toda a encosta Sul da Serra que nos une ao Rio?----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**----------

---------Para responder ao solicitado, o Senhor Presidente da Câmara usou da palavra dizendo que esta operação tem limites de financiamento e limites de investimento. A linha tinha estas verbas e definiu-se esta como prioridade para o investimento.----------

Posto este ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.----

Ponto Quatro – Análise, discussão e votação, nos termos do artigo 26.º, da Lei número 73/2013, de três de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais –, conjugado com a alínea c), do número um, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, da fixação em quatro por cento da variável do IRS, aprovado pela Câmara Municipal, na sua reunião ordinária realizada a treze de setembro de dois mil e dezoito. ----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal** ----------

---------No uso da palavra, o Senhor Presidente fez saber que relativamente aos pontos quatro, cinco, seis e sete manteve-se o que já vinha de trás. Não se procedeu a qualquer alteração, mantendo-se o que já havia sido aprovado em anteriores Assembleias. ----------

---------**João Cândido da Silva Henrique** ----------

---------Interveio dizendo que é mau que se mantenha e que esperava coisa diferente. Questionou os presentes se sabem do que se está a falar. Destacou ser mau que se mantenha. O que se está a falar é em entrar, mais ou menos, no bolso das pessoas. Se pretendem mais gente no concelho, eventualmente, é necessário dar algumas benesses e essa podia ser uma delas. Percebe que se esteja só há um ano e tem esperança que no próximo ano se possa dizer que dispondo de quatro por cento, a Câmara irá disponibilizar dois por cento para as pessoas que têm residência em Castro Daire.-

Posto este ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, aprová-lo com um voto contra.----------

Votou contra, o Membro da Assembleia Municipal, João Cândido da Silva Henrique. ----------

---------Finda a votação, o deputado fez a seguinte declaração de voto: "Não estou a votar contra a Câmara nem contra ninguém. Voto contra porque, se se quer que hajam pessoas com residência no concelho de Castro Daire, temos que lhes dar alguns benefícios e este é um dos benefícios que a Câmara pode dar às pessoas que moram no concelho de Castro Daire, reduzindo em alguma coisa o IRS que as pessoas vão pagar, foi por isso que votei contra." ----------

Ponto Cinco – Análise, discussão e votação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a que as alíneas a) e c), do número um, do artigo 112.º, do Decreto-Lei número 287/2003, de doze de novembro e da alínea d), do número um, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, a aplicar no ano de dois mil e dezanove, proposto pela Câmara Municipal, no seguinte valor: Prédios Urbanos – 0,3% (zero vírgula três por cento). ----------

Posto este ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.----

Ponto Seis – Análise, discussão e votação, nos termos do artigo 112.º A da Lei número 7A/2016, de trinta de março – Lei do Orçamento de Estado de dois mil e dezasseis – da fixação da redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, de acordo com a seguinte tabela:----------

Número de dependentes a cargo	Redução da taxa até
Um	20,00€ (vinte euros)
Dois	40,00€ (quarenta euros)
Três ou mais	70,00€ (setenta euros)

Posto este ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.----

Ponto Sete – Análise, discussão e votação nos termos da alínea b), do número um do artigo 25.º, do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro, conjugada com a alínea b), do número dois, do artigo 106.º, da Lei número 75/2004, de dez de fevereiro – Lei das Comunicações Eletrónicas – Taxa Municipal dos Direitos de Passagem, no valor de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) para o ano de dois mil e dezanove. ----------

Posto este ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.----

Ponto Oito – Tomar conhecimento, nos termos da alínea d), do número dois do artigo 77.º da Lei número 73/2013, de três de setembro, da Informação Semestral sobre a situação económica, financeira e orçamental relativa ao primeiro semestre de dois mil e dezoito – ROC. ----------

---------**João Cândido da Silva Henrique** ----------

---------Interveio dizendo que seria importante que o ROC viesse à sessão para prestar alguns esclarecimentos. ----------

A Assembleia Municipal toma conhecimento. ----------

Ponto Nove – Análise, discussão e votação da Adenda aos Contratos Interadministrativos de delegação de competências celebrados entre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e os Municípios seus associados, no âmbito do Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros – Município de Castro Daire, para cumprimento da alínea k) do número um do artigo 25.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro. ----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**----------

---------Usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara fazendo uma pequena introdução ao assunto e dizendo que o que está em causa é que aquando da anterior Assembleia quando foi aprovado, havia um lapso e não estava incluída a questão dos transportes escolares no âmbito deste contrato interadministrativo e ainda um outro pormenor que também é incluído agora, tem que ver

com os serviços ocasionais. Deu o exemplo do Passeio Sénior, pois irá ficar incluído no Contrato uma bolsa de quilómetros, em que concorrencialmente vai ser dado um preço para aquele serviço. Deu-se uma estimativa do que se poderia, no Passeio Sénior, utilizar. Vários concelhos fizeram o mesmo e vai conseguir-se baixar o preço. Imaginem o que seria deixar ficar de fora e posteriormente dar esse serviço pontualmente, em termos daquilo que seria o custo que os Municípios poderiam suportar, iria ser superior. Fica então incluída essa bolsa de quilómetros e mediante o número de quilómetros que se utilizarem, por exemplo, dois mil paga-se ao preço unitário que ficar o concurso. Naqueles quilómetros é obrigado a aceitar o serviço e tem a obrigatoriedade de o fazer. ----------

Posto este ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.----

Ponto Dez – Análise, discussão e votação da Proposta de Revisão do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo aos Alunos do Ensino Superior do Município de Castro Daire, para cumprimento da alínea g) do número um do artigo 25.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro. ----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**----------

---------Interveio dizendo que este regulamento foi aprovado há um ano atrás e gerou alguma contestação por parte de alguns pais, nomeadamente porque não tiveram conhecimento e algumas interpretações menos corretas foram feitas, também. Esta alteração vem clarificar o assunto e criar uma outra opção que, na sua plenitude, é muito idêntico mas criou-se uma segunda opção, bolsas de mérito para o ensino secundário (para quem entrou na Universidade) e bolsas de mérito para alunos que frequentem o ensino superior, como um estímulo ao mérito de quem frequenta o ensino superior. Ainda clarificar alguns aspetos que não estavam muito claros porque havia, por exemplo, a ideia de que, quem tivesse média superior àquilo que era definido, já teriam direito à bolsa de mérito mas não é isso, é uma condição para poder ter a bolsa de mérito mas, depois é definido anualmente em Reunião de Câmara Municipal, quantas bolsas é que são atribuídas e os alunos são seriados pelo valor da média. Deu como exemplo, haver dez alunos com média superior a dezasseis, mas depois só há cinco bolsas atribuídas, só cinco é que tiveram direito. Isto gerou alguma confusão porque achavam que por ter média superior a dezasseis também teria direito, automaticamente, mas não era o caso. Também a não duplicação de bolsas e deu exemplo de quem receber uma bolsa por insuficiência económica e também tem uma de mérito, só pode escolher uma, ficando com a mais alta. Evitando duplicações. ----------

---------**João Cândido da Silva Henrique**----------

---------Interveio dizendo que na sua opinião, uma coisa é premiar o mérito e outra coisa é premiar uma pessoa que teve boas notas também mas tem insuficiência económica. Está a subsidiar-se e a

premiar o mérito. Já quando se falou no enxoval do bebé, quis-se premiar os nascimentos, mas não, só queremos premiar os nascimentos daqueles que também são pobres. Premeiam-se os nascimentos e aí está certo e depois apoiam-se também as pessoas com menores condições económicas, por ser um "encargo". Considera que a pessoa que tem insuficiência económica ainda pode acumular a de mérito, se calhar vem ajudar a que a pessoa consiga fazer um trabalho melhor, diz ser a sua opinião e acrescentando parecer que se estão a baralhar conceitos.----------

---------**Horácio António de Paiva Ribeiro**----------

---------Usou da palavra dizendo que a sua questão se prende com aquilo que foi definido ou poderia ser alterado ou se há razões para não ter sido alterado. Tem que ver com capítulo um, artigo quinto ponto um "...só podem concorrer a bolsa de mérito estudantes a Licenciatura, a Licenciatura com Mestrado Integrado ou Cursos Técnicos Superiores Profissionais" e a questão colocada relaciona-se com o facto de deixar de fora os outros Mestrados e Doutoramentos. ----------

---------**Intervenção do Senhor Vereador Armando Rodrigues de Lemos**----------

---------Iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e disse que o espírito refletido é o de que há Licenciaturas em que o Mestrado está incluído, assim se o Mestrado está incluído, não seria possível deixar de fora. De forma diferente é fazer uma Licenciatura que confere o grau e posteriormente fazer o Mestrado e foi esse o espírito que se pretendeu.----------

---------**Marco Aurélio Lyrio Andrade**----------

---------Usou da palavra, sobretudo, para dar total razão ao João Henrique porque realmente está a falar-se de coisas distintas e dizer que os alunos têm que optar, ou são carenciados ou têm mérito, pode haver alunos carenciados, com mérito. O carenciado é para todos e o mérito é para alguns mas o acumular, afirmou o deputado, não causa nenhum transtorno porque os alunos carenciados devem ser ajudados, e porque são carenciados e muitas vezes não têm as mesmas possibilidades dos outros, que muitas vezes até pagam explicações para ter melhores notas, considera que, muitas vezes, um aluno carenciado às vezes com notas um bocadinho inferiores têm um mérito muito mais excecional do que outros e que muitas vezes têm condições de vida muito superiores. Considera que acumular as bolsas, para o deputado, não causava qualquer transtorno. ----------

---------**António Luís Fernandes Ferreira**----------

---------Usou da palavra para abordar o último aspeto apresentado e disse alinhar na mesma ideia porque quem pode acumular, eventualmente as duas, será sempre um carenciado. E tendo consciência das dificuldades que hoje existem, nunca será demais ter aquilo que é uma necessidade premente para poder estudar e ao mesmo tempo acumular-lhe o mérito. Se calhar, não serão assim tantos como isso e seria justo um reconhecimento e um duplo direito e sublinhou que será sempre

um carenciado a receber mais a bolsa de mérito, será sempre uma pessoa que tem necessidade e é nessa perspetiva que considera que se deve evoluir um bocadinho. Disse ser absolutamente a favor de premiar o mérito, distinguir as pessoas pelo mérito, sendo fundamental, mas hoje vivem-se tempos de grande dificuldade, muito associado também à questão das rendas das casas o que quer dizer que é preciso olhar ao esforço, mesmo que não tenha que se retirar àqueles que têm mérito mas se, eventualmente, for necessário, que se corte aí um bocadinho mas de forma a reforçar-se cada vez mais, e sendo este documento um documento em evolução, porque também as condições estão em evolução, como a questão das rendas que evoluiu e de forma absolutamente dramática para alguns, nestes últimos tempos, seria bom olhar, sobretudo para aqueles que têm necessidade. Para além disso, eventualmente, repensar os limites a partir dos quais têm direito, porque hoje a classe média é cada vez mais pobre e há muita gente na classe média que se tiverem que mandar os filhos estudar em Lisboa ou no Porto, muitos deles, provavelmente, não vão conseguir concretizar esse desejo deles próprios, das famílias e dos alunos. Como este regulamento criou alguma dificuldade de interpretação, por um lado por desconhecimento e por outro lado porque não conseguiram perceber exatamente qual era o intuito, neste último ano, questionou se depois do documento completamente estabilizado e aprovado, se poderá ser facultado, nessa fase, para o Agrupamento de Escolas poder divulgar por todos os alunos, para que todos tenham conhecimento. Porque depois, os que têm necessidade que sejam todos ajudados, e os de mérito será reconhecido com os limites que estão estabelecidos, porque é importante ter a noção disso. O mérito tem um requisito, que é ter pelo menos, dezasseis valores e tem um limite que é o número de pessoas que podem ser premiados que depois serão seriadas de acordo com a classificação que obtiverem. Pelo que é importante que lhe façam chegar, porque quanto melhor e maior for a informação, todos ficam a ganhar. ----------

---------**Márcio Ferreira dos Santos** ----------

---------Interveio dizendo comungar da ideia da não eliminação de uma bolsa em detrimento da outra na questão da necessidade do candidato. Deixou ainda uma ideia ao executivo, eventualmente, numa futura revisão destes regulamentos que seria associar os dois regulamentos, explicou que não o acumular, porque poderá trazer um encargo acrescido ao Município e em termos de Orçamento disse imaginar que possa ser uma despesa mais elevada mas eventualmente, haver uma espécie de majoração, de acordo com os critérios de cada um dos candidatos. Esclareceu considerar que esta situação funciona mais ou menos desta forma, os alunos no secundário têm escalões que são atribuídos de acordo com os rendimentos de cada um e eventualmente fazer definir o valor da bolsa de mérito de cada um desses escalões, ou seja, o valor da bolsa de mérito ser de um valor para um escalão mais baixo e ser inferior para um mais alto. Esclareceu que, com isto, não quer tirar o mérito

a quem tem mérito e tem poder económico, não é desta forma que vê, mas de alguma forma estas bolsas devem ter também a vertente social e tendo essa vertente, disse não lhe chocar de forma alguma, porque embora seja chamada de bolsa de mérito, de alguma forma compensa-se mais aquele que mais precisa apesar de ser pelo mérito também e menos aquele que menos precisa e que, por aí, poderia tentar resolver-se isso. ----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**----------

---------Usou da palavra para dizer que atendendo à sugestão do deputado António Ferreira, é intenção que assim que esteja aprovado o regulamento, dar conhecimento ao Agrupamento de Escolas para que haja também uma divulgação. Disse ser verdade que, na altura, foi feita uma divulgação via *facebook* da Câmara, pela página do Município, mas faz todo o sentido que o Agrupamento possa estar envolvido na divulgação destas bolsas para os alunos. Acrescentou que este regulamento já prevê alargar as bolsas de mérito, pois anteriormente era apenas para os alunos que entrariam no Ensino Superior e foi criado mais um incentivo, porque existia apenas uma bolsa para o ensino secundário e criou-se uma outra. Esta situação também tem que ver com a questão da gestão de recursos e não estar a atribuir ao mesmo aluno, mas é verdade e disse concordar e partilhar da mesma opinião quando dizem que o mérito não tem nada que ver com a insuficiência económica, mas logicamente a proposta vem no sentido de alargar a bolsa de mérito também ao ensino superior para que haja um estímulo neste ensino e a não acumulação ia apenas nesse sentido, permitindo sim receberem a bolsa mais alta a que tivessem direito. Mas, a Assembleia Municipal é soberana e partilha dessa opinião e tem apenas que ver com o valor do incentivo a atribuir.----------

---------**João Cândido da Silva Henrique**----------

---------Interveio dizendo que gostava que a Câmara fosse à falência porque todos os alunos de Castro Daire, na Faculdade, tinham mais do que dezasseis valores. E face ao exposto, não limitaria o número de bolsas. Ao limitar o número de bolsas poderá estar a criar alguma injustiça. Todos reconhecem que existem cursos mais difíceis e outros mais fáceis e em alguns cursos é, fácil e ter dezasseis. Disse que ficaria contente se tivessem que aprovar um empréstimo para premiar porque todos os alunos de Castro Daire tinham mais do que dezasseis valores. ----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**----------

---------Usou, de novo, a palavra para dizer que é evidente que no ensino superior, não há objetividade para a criação, mas considera igualmente importante que haja esse estímulo. O que o deputado João Henrique acabou de dizer é verdade, há cursos e cursos. Há cursos em que não há média de notas superiores a quinze ou dezasseis. Mas, também não há um carácter de objetividade

que permita fazer uma seriação, mas sugeriu que se houver alguém que tenha um carácter de objetividade que o apresente.----------

---------**Marco Aurélio Lyrio Andrade**----------

---------Interveio dizendo que em alguns Municípios falava-se que havia cursos que realmente era mais fácil atingir a média de dezassete ou dezoito do que alguns com doze ou treze. Sugeriu um cálculo em que beneficiaria o aluno que teve, por exemplo, três pontos percentuais acima da média do curso nas várias Universidades, a nível nacional. Mas isso daria um trabalhão enorme.----------

---------**Intervenção da Senhora Presidente da Assembleia Municipal**----------

---------Interveio dizendo que toda a gente compreende que nos cursos da área de Letras, chamados cursos de Letras, os resultados são muito superiores do que em outros cursos de Ciências mas neste momento não está em cima da mesa esse aspeto. Poderá estar no futuro e isto, poderá indicar que era importante o documento ter tido discussão pública. Destacou ainda outro aspecto, há muitos alunos que queriam concorrer e não souberam. Pelo que, é preciso que seja feita a divulgação até mesmo com a Associação de Estudantes, com a Associação de Pais; que seja feita a divulgação. O regulamento tem que ser claro para os beneficiários, para os interessados nele e para os Técnicos que fazem a análise das candidaturas. A interpretação terá que ser a mesma. O Técnico deve fazer a correta interpretação do regulamento e todos os que têm mais de dezasseis valores, podem concorrer. Não importa se vão ter direito, ou não. Eles não sabem quem vai concorrer. Quem sabe as notas é a escola que lhes vai entregar o documento que necessitam para a candidatura.----------

---------**António Luís Fernandes Ferreira**----------

---------Interveio dizendo que o facto das bolsas serem cumulativas e fazendo um exercício muito rápido, infelizmente, serão muito poucos os que poderão acumular as duas.----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**----------

---------Usou da palavra, para fazer uma pequena correção na apresentação da fórmula matemática, na página doze, e sugeriu que se coloque doze vezes n, entre parêntesis, para que não hajam dúvidas de interpretação. A barra, tem naquela fórmula, o objetivo de sinalizar uma fração mas pode ser interpretada como divisão.----------

---------**Intervenção da Senhora Presidente da Assembleia Municipal**----------

---------Retomou a palavra, para se referir ao artigo 4.º que indica os prazos no ponto um. O ponto dois refere que a bolsa é requerida anualmente e depois o ponto três, diz que "...os alunos podem-se candidatar às duas modalidades de bolsas previstas no presente Regulamento e em caso de aprovação nas duas modalidades será atribuída pelo Município a bolsa de maior montante" é isso

que se pretende que seja retirado? É esta última parte? Então ficará no Regulamento "... os alunos podem-se candidatar às duas modalidades de bolsas previstas no presente Regulamento e em caso de aprovação em ambas, poderá o valor da bolsa a atribuir ao candidato resultar da soma dos valores relativos a cada uma delas". ----------

---------**João Cândido da Silva Henrique** ----------

---------Interveio para clarificar qual o valor que integra o Imposto sobre o Rendimento. Disse que posteriormente poderá ajudar nesta parte, porque é importante clarificar. Disse que a declaração de rendimentos que no final vai entregar e que no final haverá liquidação, está referido o IRS que pagou e depois tem, o IRS de que foi eventualmente reembolsado ou que pagou e aqui é que está o grande dilema, porque o que deve ser dito é "o IRS apurado no final da liquidação", caso contrário, entra todo o IRS que se pagou inicialmente ou que se vai pagar a seguir. Acrescentou que deveria estar no documento as retenções feitas a cada um deduzido ou acrescido do resultado da liquidação. ----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal** ----------

---------No uso da palavra disse que o que o deputado João Henrique referiu é correto, pois não fica claro a forma como é calculado mas pode ficar que é o valor que consta da Declaração Modelo Três do IRS com a taxa efetiva que é aplicada. Poderá ser indicado, ficar "à coleta" calculada no Modelo Três. O que se pretende é encontrar os termos legalmente/fiscalmente corretos para adaptar àquilo que é feito e com esta alteração, não há margem para dúvidas. ----------

---------**Alexandre Paulo Simões Pereira** ----------

---------Interveio dizendo que, onde se encontra escrito no regulamento "imposto sob o rendimento" deve ficar "apurado após liquidação". ----------

Posto este ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.----

Ponto Onze – Análise, discussão e votação da Proposta de Revisão do Regulamento de Apoio à Melhoria Habitacional, para cumprimento da alínea g) do número um do artigo 25.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro. ----------

---------**Marco Aurélio Lyrio Andrade**----------

---------Interveio para dar uma explicação, porque quando foi falado do Plano de Melhoria Habitacional e se ficou algum tempo a falar sobre ele, que na altura estava em vigor necessitando de ser retificado porque não era possível continuar a pagar e havia elevado número deles em atraso, o deputado disse que na altura se absteve na votação por ele ser suspenso, porque a Câmara Municipal não poderia estar a viver um hiato sem o Plano de Melhoria Habitacional até porque poderiam aparecer situações emergentes com necessidade de respostas emergentes. Agora, se for

para aprovar, aprova desde que haja as condições que a Câmara propõe. Sublinhou que anteriormente absteve-se precisamente para que não houvesse um hiato, porque poderiam aparecer situações emergentes e que a Câmara não poderia aprovar porque não tinha regulamento. Na altura disse que se teria que manter o que estava em vigor, até haver outro. ----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**----------

---------Interveio referindo que este assunto foi já bem debatido nesta Assembleia Municipal e que na opinião do executivo vem repor algumas justiças e pensa que todos estarão de acordo em relação a isso. -- ----------

Posto este ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.----

Ponto Doze – Análise, discussão e votação do Regulamento da Incubadora de Empresas do Município de Castro Daire, para cumprimento da alínea g) do número um do artigo 25.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de doze de setembro.----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**----------

---------Usou da palavra dizendo que este projeto que ainda não tem um nome, porque acha que não deveria ficar apenas Incubadora de Empresas, mas sim ter uma marca que a identificasse mas ainda não está definido. Todavia, o objetivo da Incubadora é funcionar no edifício Conde Ferreira, também é objetivo levar movimento ao Centro Histórico de Castro Daire, a Junta de Freguesia também irá mudar as suas instalações para lá e o objetivo é ter um espaço onde os empreendedores e os jovens que queiram iniciar o seu negócio, tenham um apoio na fase inicial de arranque. Qualquer pessoa percebe que para iniciar um negócio, o período mais crítico é o arranque, porque vão ter que arranjar um espaço, pagar uma renda, pagar a luz, a água, ter alguém que esteja presente quando se sai para tratar de um assunto, para manter o escritório aberto. Tudo o que foi referido cria uma despesa enorme para o arranque de uma empresa. A ideia é, mediante um contrato que se estabelece com o empreendedor, ter um período em que não pagam nada depois um período em que pagarão alguma coisa, também para se perceber que não estarão lá de forma gratuita e criar um mecanismo de apoio a quem tem um negócio, quem tem uma ideia e, às vezes é por pormenores e por pouco que se perdem talentos, boas ideias e bons projetos e por falta de apoio não se concretizarem. A ideia que o executivo tem para esta incubadora é que terá algo diferente de muitas outras incubadoras, que tem que ver com um espaço "Espaço de Oficina Experimental". Deu o exemplo de um negócio em que tenha que comprar águas e colocar rótulos, não é no escritório normal que terá condições para fazer operações de transformação que possam ser importantes. Também para fazer pequenas experiências, nem sempre são possíveis de fazer no escritório, na sala de reuniões ou na sala de formação que haverá e criar-se-á um pequeno espaço que permita esse tipo de operações. O

objetivo é dotar-se e capacitar-se os jovens de um espaço onde consigam desenvolver a ideia de negócio e ter esse apoio no arranque do projeto. Ainda não se tem um nome e lançou o desafio para a proposta de um nome. ----------

---------**João Cândido da Silva Henrique** ----------

---------Interveio propondo o nome de "Nidifica" para a Incubadora de Empresas.----------

Posto este ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.----

Ponto Treze – Apreciação, nos termos da alínea c), do número dois, do artigo 25.º, do Anexo I, da Lei número 75/2013 de doze de setembro, da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal, relativamente à atividade do Município, bem como da sua situação financeira. ----------

---------**Horácio António de Paiva Ribeiro**----------

---------Usou da palavra para dizer que na informação prestada pelo Senhor Presidente, faz referência à questão da petição da requalificação da Estrada Nacional Duzentos e Vinte e Cinco e também a necessidade urgente de obras na Escola Secundária de Castro Daire. Congratulou pela Senhora Secretária de Estado da Educação ter estado disponível para o receber, na próxima quarta-feira e que daí venham boas-novas para a escola agora referida, porque bem precisa. Todavia, considera importante pensar-se nesta Assembleia, tal como foi assumido em Assembleias anteriores, em outras formas de se reivindicar estas e outras questões, junto da tutela. Lembrou que se continua com a necessidade de obras urgentes, nomeadamente na Freguesia de Castro Daire, como na Urbanização da Quinta das Presas, Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, Rua Capitão Salgueiro Maia, Avenida Vinte e Cinco de Abril, Rua de Santo António, entre outros. Referiu ainda que o material das escolas, a destacar do Pré-escolar da Escola Básica de Castro Daire necessita de ser substituído com urgência. Disse não saber se na totalidade das salas, porque desconhece, mas pelo menos em parte delas, havendo material que está totalmente ultrapassado com parafusos, constantemente a caírem, o que faz com que a Educadora e as Assistentes Operacionais tenham que redobrar a sua atenção em questões de segurança descorando outras questões pedagógicas que são importantes. Referiu que, possivelmente, o Senhor Vereador Armando terá noção dessa realidade, pelo que pediu que assim que possível fosse começando a substituir. Acrescentou não saber se esta é uma realidade transversal a outras salas do Pré-escolar do concelho mas pelo menos isso acontece na escola de Castro Daire. Salientou a falta de Assistentes Operacionais, na Escola Número Um de Castro Daire, à semelhança do Centro de Saúde, com a responsabilidade maior que o Município sempre abraçou e certamente continuará a abraçar, pois já foram colocadas Assistentes, mas em número insuficiente. Em relação ao Programa de Atividades Socioeducativas nos meses de verão, disse julgar não ser compreensível o não funcionamento deste programa no mês de setembro. As

aulas tiveram o seu início no dia dezassete de setembro mas houve um hiato de tempo muito grande em que as famílias tiveram que resolver essas questões não tendo sido fácil. Muitas famílias tiveram problemas porque tinham que trabalhar em setembro e não tinham solução para os seus educandos. Diz pensar que não seria difícil, tal como foi assegurado em junho, julho e agosto, assegurar-se também os primeiros quinze dias de setembro. Assim, considera que em anos futuros é de todo conveniente que isso aconteça. Também em relação ao Pré-escolar é importante que no futuro, na reunião preparatória com os pais, as Educadoras tenham toda a informação que é da responsabilidade da Autarquia, nomeadamente o funcionamento do acolhimento, hora de almoço e prolongamento porque neste ano não tinham essa informação, pelo menos no Pré-escolar de Castro Daire, ou não a deram aos pais. Perante o exposto, diz pensar ser importante estar alguém da autarquia, como acontecia, e este ano não aconteceu, provavelmente não poderão ir sempre aos mesmos lados, mas seria importante. Não foi dada qualquer informação e tiveram que ser os pais a contactar a Autarquia para obter mais informações. Para os pais em que o filho não é o primeiro ano que frequenta o Pré-escolar, sabem onde se devem dirigir, para os outros torna-se muito complicado, pelo que é importante agilizar esse tipo de informações. Por último, na informação, faz referência a várias iniciativas, no âmbito da promoção do concelho, e em virtude de tal facto, quis dar os parabéns por isso. Disse que a ideia de ter adequado o novo formato da FICA vem promover e mostrar o que melhor se tem. Mas nesta promoção, tinha-se ou tem-se a Castro Daire TV e disse desconhecer como está essa situação mas seria uma mais-valia, um meio importante, para fazer chegar a informação do que se faz, lá fora. Para terminar ainda pegou nas palavras do Senhor Presidente quando se refere ao profissionalismo e dedicação dos profissionais do Município que tornam a nossa vida melhor. ----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal**----------

---------Interveio dizendo que a petição da Estrada Nacional Duzentos e Vinte e Cinco foi uma luta grande mas também o deixou algo desiludido que, após se ter iniciado o processo que tanta gente reclama, chegar-se ao início de julho e ter-se apenas mil e poucas assinaturas quando uma causa que é comum, de todos e apenas se tinha um quarto das assinaturas necessárias. Todavia, não se desistiu, meteram-se mãos à obra e aquando do passeio sénior foi dada a indicação para que a folha da petição circulasse, nos autocarros, e cada pessoa pudesse assinar e contribuir para a petição. Ainda se arranjaram equipas que estiveram no continente, no intermarché, no jardim, no comércio local, nas termas, na Feira da Ouvida, numa altura de maior número de emigrantes, a fazer a recolha das assinaturas e conseguiu-se atingir o objetivo e em breve será entregue na Assembleia da República. Acrescentou que não se vai baixar os braços e a luta continua. Também na abertura da cerimónia da FICA, o Senhor Presidente fez questão de pedir e apelar ao Senhor Secretário de

Estado da Proteção Civil, que é de Alvarenga, conhece melhor do que ninguém este território e apelou aos bons ofícios do mesmo para que junto do Senhor Primeiro Ministro e do Ministro que tem a tutela da estrada sensibilizasse para a necessidade e urgência da intervenção. O Senhor Secretário de Estado não se comprometeu com a obra, deu uma opinião de correção de curvas que são difíceis em locais não dando para transitar duas viaturas pesadas e um piso novo, mas não se comprometeu com o investimento. De qualquer forma, o caminho continuará a ser trilhado por todos e com o suporte da Assembleia Municipal a força é certamente diferente com outro vigor na luta que é a Estrada Nacional Duzentos e Vinte e Cinco. Quanto à Secretária de Estado Adjunta e da Educação, marcar uma reunião apenas na véspera do arranque do ano escolar é porque já previam que algum barulho poderia vir a existir e existiu porque a SIC bateu à porta, após uma tomada de posição pública do agora orador, em julho. Esta tomada de posição aconteceu porque é inadmissível ter feito um pedido de audiência em março/abril, não ser recebido, insistir por diversas vezes e nunca ter sido recebido e a seguir sai um despacho a dotar várias escolas deste país com dinheiro para a sua requalificação. Face a esta situação, fez uma tomada de posição pública e a SIC no arranque do ano letivo contactou-o no sentido de virem a Castro Daire falar com o Presidente da Câmara. Posteriormente, o Senhor Presidente contactou o Diretor da Escola e a Associação de Pais tendo saído uma reportagem, numa terça-feira de manhã. Disse também que fica desiludido, porque isto foi feito apenas porque ía arrancar o ano letivo e mais tarde deslocar-se-ão, ele e o Diretor da escola, a Lisboa para uma reunião marcada ao meio-dia. De qualquer forma, estes intervenientes continuam a lutar para defender os interesses do Município. É evidente que se congratula de ser recebido mas meio ano depois, considera ser lamentável e a reunião ser marcada para o meio-dia, diz tudo. Dir-lhe-á com a frontalidade necessária o que aqui está a ser dito e o que foi dito na televisão. Quanto à questão da reunião com os funcionários das escolas e os pais, fez saber que a reunião este ano decorreu em simultâneo com a Reunião de Câmara o que impossibilitou que algum dos políticos pudessem estar presente. No respeitante à Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, a mesma poderá iniciar a sua intervenção, a qualquer momento, mas existem ainda alguns assuntos a resolver, como algumas questões processuais. Relativamente à Escola Primária e ao facto de haverem situações que não estão bem, disse que teve a oportunidade, em conjunto com o Senhor Vereador da Educação de, no primeiro dia do início do ano letivo, estar presente em algumas salas do Pré-escolar e há algumas situações a melhorar. Contudo, com a requalificação que foi feita no polidesportivo e que neste dia permitirá que os alunos e professores possam ir até lá, dará um incremento positivo ao recreio da Escola Primária. Quanto às salas de aula da Escola Primária ainda estão bastante aceitáveis mas o recreio não tem capacidade para a quantidade de alunos que o frequentam, pois basta imaginar duzentas e cinquenta crianças a brincar em simultâneo naquele espaço, pelo que o polidesportivo, em articulação com a escola, possa ser utilizado nos horários que a escola pretenda,

podendo passar também a ser o recreio da escola. Salientou não ser a solução ideal em virtude da necessidade de se ter que atravessar uma estrada mas é melhor do que existia até agora. Muitas outras coisas serão feitas mas não se consegue que seja tudo de uma só vez. Quanto à situação de setembro e à falta das atividades socioeducativas, disse que este ano existiu um problema que teve que ver com a publicação em Diário da República do Aviso para a contratação das Assistentes Operacionais para as escolas. Este ano a publicação do Aviso demorou vinte dias a ser publicado o o que condicionou a contratação e a trinta e um de agosto não haviam funcionários para garantir a abertura das atividades educativas. ----------

A Assembleia Municipal toma conhecimento. ----------

---------Interveio a Senhora Presidente da Assembleia Municipal dizendo que após conhecimento da situação financeira do Município tem-se uma adenda à Ordem de Trabalhos onde consta no penúltimo ponto a proposta/moção que o deputado João Henrique apresentou na sessão anterior e que, entretanto, o Senhor Primeiro Secretário passou a escrito e fez chegar aos deputados António Ferreira e Horácio Ribeiro para que fosse incluída na agenda. Posteriormente, todos os deputados receberam o documento, pelo que se dispensa a sua leitura. ----------

Ponto Catorze – Análise, discussão e votação da proposta "Pela defesa da floresta – medidas fiscais de apoio aos proprietários". ----------

---------**Intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal** ----------

---------Interveio sobre o assunto dizendo que aquando da sua reunião com o Senhor Secretário de Estado das Florestas o mesmo referiu que esta questão já estaria quase finalizada, para passar a existir uma dedução à coleta com as despesas das florestas. Ainda assim, considera que a proposta de recomendação deva ser apresentada sendo algo pertinente acabando por ser um reforço que marca também esta Assembleia que se preocupa com estas situações. ----------

---------**Marco Aurélio Lyrio Andrade**----------

---------Usou da palavra dizendo que com relação a este ponto e tal como referiu na última sessão, continua a dizer e mantém a sua posição, de que esta situação lhe faz lembrar um medicamento que não tem efeito absolutamente nenhum, que tem uma embalagem muito bonita mas com efeitos secundários muito graves. Porque caso se olhe para o concelho de Castro Daire, noventa e cinco por cento das pessoas que são proprietárias dos terrenos não vão beneficiar absolutamente nada com a isenção do IRS porque elas, nem sequer, são obrigadas a fazer declaração de IRS e além disso há uma percentagem muito grande de emigrantes que fazem os seus descontos nos países de origem, nos países onde estão a trabalhar que também não vão beneficiar absolutamente nada com esta isenção. Posteriormente, ter-se-á a situação de que grandes proprietários que ganham com a floresta

e que têm a obrigação de fazer a limpeza das florestas, esses vão deduzir essas mesmas despesas, nessas mesmas limpezas que é a obrigação deles. As grandes produtoras florestais irão beneficiar de milhares e milhares de euros de impostos e os pequenos proprietários nem são obrigados a declarar porque nem sequer estão em sede de IRS. Salientou que esta é a sua opinião e que, certamente, o deputado João Henrique terá outra, já que fez a proposta.----------

---------**Alexandre Paulo Simões Pereira**----------

---------No uso da palavra, o deputado agradeceu as palavras do deputado António Ferreira e ainda que agradeça as palavras, o deputado agora orador foi apenas um colaborador no meio de muitos e deixou uma palavra de reconhecido mérito pelo esforço dos muitos funcionários que permitiram que a FICA acontecesse. Relativamente a este assunto, disse que a sua opinião é contrária ao que foi referido pelo deputado Marco Andrade e que as opiniões são mesmo assim. Ao que se assiste é que pode haver, realmente, situações em que há proprietários que não vão beneficiar desta proposta mas na possibilidade de haver outros proprietários que beneficiem, é que o importa. Os que não beneficiem, passa-lhes ao lado mas também não lhes vai fazer mal nenhum. Deu ainda os parabéns ao deputado João Henrique por ter tido a ideia desta posição e deixar um reconhecimento ao Primeiro Secretário pelo trabalho feito juntamente com a Senhora Presidente da Assembleia no sentido de passar este assunto sob a forma escrita e apresentar um documento que, no fundo, espelha o que foi debatido na Assembleia dignificando a própria Assembleia pela forma como é apresentado.----------

--------**João Cândido da Silva Henrique**----------

---------Interveio dizendo que se está a falar de IRS e não de IRC, estando a confundir-se alhos com bugalhos. Assim, esclarecendo que os grandes proprietários, como a Portocel, não vão beneficiar em nada com isto, porque é só em sede de IRS. Caso se faça uma sondagem, e referiu-se a quem tem prédios rústicos, todos serão beneficiados e até questionou, se os presentes, são ricos. Não tem nada que ver com IRC.----------

---------**Márcio Ferreira dos Santos**----------

---------No uso da palavra disse que o defendido pelo deputado Marco Andrade não é de todo descabido. Caso se concretize algo deste género, há-de ser na forma de Lei e a Lei há-de ser igual para toda a gente e há-de haver mais beneficiados ou menos beneficiados. Também em relação ao que é proposto, a ideia é para incentivar as pessoas à limpeza evitando os incêndios e nesse aspeto, a proposta tem todo o mérito. Disse também julgar que em termos de execução, não lhe parece que de facto venha a ser uma medida que faça diferença nesse aspeto da limpeza. Também disse que mais importante do que a questão fiscal ou o benefício que se possa dar às pessoas, era realmente

que o Estado adotasse uma posição responsável em relação à floresta, procedendo à limpeza dos seus terrenos, dando exemplo aos particulares, o que ajudaria certamente e ainda pensar a florestação e combater o negócio que existe em torno das madeiras, nomeadamente a questão dos eucaliptos que poderá ser o maior problema que se poderá ter, em termos de dificuldade de combate ao incêndio. Se as agriculturas não existem, é realmente necessário uma mudança de política em relação a isso através do fomento da agricultura tendo-se referido à agricultura de subsistência que em termos de incêndios era muito importante e isso verifica-se agora nos terrenos que estão abandonados e parar um incêndio, neste momento já não é fácil. Antigamente, podia arder uma determinada área, porque os incêndios existem, mas de facto com o combate era possível pará-lo. Neste momento, são praticamente incontroláveis. E, com o clima que se tem tido nestes últimos verões, as coisas tornam-se ainda mais difíceis o que associado a uma completa desorganização em termos de plantação florestal, conduz a esta situação. Este documento é uma proposta que apoiará e votará a favor, apesar de comungar da opinião do deputado Marco Andrade. Mas também por comungar da mesma, apelou à reflexão e mudança do voto, porque realmente a proposta não tem nada de mal e apenas beneficia. Pode não ter os benefícios que se quer mas seria bom que a proposta fosse aqui aprovada por unanimidade, porque julga não trazer nada de mal.----------

---------**Horácio António de Paiva Ribeiro**----------

---------Interveio no sentido de lembrar que esta foi uma decisão que surgiu de uma ideia do deputado João Henrique que considerava pertinente, que pudesse haver algum incentivo por causa da limpeza das matas e a ideia saiu da Assembleia, transformando e dando um carácter mais formal e transformar em moção. Foi uma ideia da Assembleia. Acrescentou que, como todas as Leis, elas não são ideais, mas não é por causa disso que se deixarão de tomar essas medidas, porque sem elas é bem pior. Salientou que muitos já mandaram limpar e questionou se pediram fatura! Ou seja, o Estado também irá beneficiar e todos nós beneficiaremos. Esta ideia não acabará com os incêndios mas tudo o que puder ser feito para incentivar que as pessoas limpem os terrenos, e dessa forma ordenar a floresta de melhor forma. A maioria das pessoas em Castro Daire não irá beneficiar da medida mas por muito poucas pessoas que beneficiem é sempre uma medida louvável. Disse que votaria a favor e ter-se-ia outra legitimidade, em termos de Assembleia, se for por unanimidade. Não é uma ideia milagrosa, a eficácia será o que se verá no futuro mas é melhor aprovar esta moção do que a sua não aprovação. ----------

---------**António Luís Fernandes Ferreira**----------

---------Interveio dizendo que pela força que poderá ter esta iniciativa, pediu ao deputado Marco Andrade para repensar a sua posição. Quem não tem direito ao benefício, também não sai prejudicado, estando-se a falar de uma medida de discriminação positiva, em que pode alguém

beneficiar mas ninguém sai prejudicado. Mas, ela é também simbólica porque as pessoas que o fazem estão a praticar um bem inestimável para a natureza, natureza da qual todos beneficiam mesmo os que estão na cidade e que não têm que limpar nada. Um pequeno reconhecimento, por pequeno que seja, a quem o faz e esse contributo que se está a dar para que todos beneficiem, só por si já pode sustentar a aprovação e o voto favorável. Disse apelar ao voto favorável mas acrescentou não estar a discordar com o que o deputado Marco Andrade, afirmou. Todavia, não tendo nada de negativo e sendo uma medida de discriminação positiva e é uma medida simbólica para de certo modo reconhecer o esforço que alguns fazem, em favor da natureza, e da qual todos beneficiam, poderá, perfeitamente ser aprovado por unanimidade. ----------

Posto este ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.----

---------Finda a votação, o deputado Marco Andrade fez a seguinte declaração de voto: "Face ao pedido dos colegas deputados e por consideração, votou favoravelmente, embora mantenha as reservas enunciadas anteriormente. Todavia, continua a apelar a estes dois pontos e embora ainda não tenha visto a legislação que está para sair por parte do Governo, disse que o legislador terá em conta certos pormenores e esses pormenores, se calhar terão razão de ser, em algumas circunstâncias". ----------

Ponto Quinze – Apreciação e votação do Voto de Louvor aos atletas Ana Sofia Pina e Marco Meneses. ----------

---------A Assembleia Municipal teceu o seguinte voto de louvor aos atletas Ana Sofia Pina e Marco Meneses: ----------

---------"Considerando: ----------

---------- Que o desporto é uma atividade social relevante, promovendo a ética na competição e a igualdade dos seus praticantes, independentemente das suas origens sociais e dificuldades pessoais; ----------

---------- Que os valores de inclusão, democracia e sã competição, recorrentes na prática desportiva, são essenciais à formação de todos enquanto cidadãos e pessoas; ----------

--------- - Que, nos últimos anos, a prática desportiva da natação, tem revelado, no concelho, uma geração promissora de jovens campeões, empenhados, que representam Castro Daire, com elevadas prestações, mundo fora e que podem constituir um exemplo para os mais novos; ----------

--------- - Que jovens, como a Ana Sofia Pina e Marco Meneses são hoje exemplos de atletas de excelência, com provas dadas, tanto nacional como internacionalmente; ----------

--------- - Que a jovem Ana Sofia Pina atingiu já vários recordes nacionais e conquistou várias provas na sua classe e; ----------

--------- - Que, em particular, o jovem Marco Meneses, conquistou, recentemente, em Dublin a medalha de bronze, no Campeonato da Europa de Natação WPS.----------

---------A Assembleia Municipal de Castro Daire, realizada a vinte e oito de setembro de dois mil e dezoito, delibera por unanimidade: ----------

--------- a) Louvar publicamente o desenvolvimento da prática de natação no concelho; ----------

---------b) Atribuir um voto de louvor aos jovens praticantes de natação Ana Sofia Pina e Marco Meneses, pelas conquistas obtidas, na modalidade;----------

---------c) Dar especial menção ao Jovem Marco Meneses pela conquista da medalha de bronze, no Campeonato Europeu de Natação WPS; ----------

---------d) Dar publicidade a estes louvores, contribuindo assim, para evidenciar o excelente trabalho, realizado, até hoje, nesta modalidade e no nosso concelho."----------

A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, o Voto de Louvor aos atletas Ana Sofia Pina e Marco Meneses. ----------

Ponto Dezasseis – Apreciação e votação do Voto de Pesar ao ex-autarca João de Sousa Costa. -----

---------A Assembleia Municipal teceu o seguinte voto de pesar ao ex-autarca João de Sousa Costa: --

---------"A Assembleia Municipal de Castro Daire deliberou manifestar o seu pesar, pelo falecimento, no dia vinte de julho de dois mil e dezoito, de João de Sousa Costa, antigo autarca do concelho. Pessoa sempre ligada à causa pública, seja no âmbito das suas funções políticas, seja no âmbito do movimento associativo, o saudoso João de Sousa Costa foi sempre um impulsionador do desenvolvimento do concelho, que deixará saudades a todos aqueles que com ele privaram. ----------

---------Pela sua perda, a Assembleia Municipal de Castro Daire manifesta ainda a sua solidariedade para com a família de João Costa, pela sua perda que será também a perda de todos e cada um de nós, Castrenses". ----------

A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, o Voto de Pesar ao ex-autarca João de Sousa Costa.----------

Ponto Dezassete – Aprovação, nos termos do disposto no número três e para efeitos do disposto no número quatro do artigo 57.º do Anexo I da Lei número 75/2013 de doze de setembro, da ata em minuta para produção de efeitos imediatos e eficácia externa. ----------

Posto este ponto a votação, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprová-lo.----

---------No uso da palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que em sessões anteriores houve a manifestação de intenção de que se devia celebrar a data do Vinte e Cinco de Abril, disse que poderão pensar em iniciativas que possam ser conjugadas com o executivo municipal e deixou o pedido ao Senhor Presidente da Câmara para que, aquando da elaboração do Plano e Orçamento, tivesse em conta esta vontade da Assembleia Municipal de celebrar o dia de Vinte e Cinco de Abril já no próximo ano. ----------

---------**João Cândido da Silva Henrique** ----------

---------Interveio dizendo que o maior evento seria a realização de uma Assembleia Municipal nesse dia.---- ----------

---------**Intervenção da Senhora Presidente da Assembleia Municipal**----------

---------Retomou a intervenção referindo que com a ata aprovada em minuta e com a sugestão apresentada, dá por encerrada a sessão. ----------

--------- ----------

---------E nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Maria Eulália da Silva Teixeira, deu por encerrada a sessão, eram treze horas, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pela Senhora Presidente e por mim, Idália Sofia Ferreira Ribeiro, Secretária de Apoio à Vereação, para o efeito designada, que a secretariei e redigi. ----------

--------- ----------

--------- ----------

--------- ----------

--------- ----------

--------- ----------

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA,

-Maria Eulália da Silva Teixeira-

A SECRETÁRIA,

Idália Sofia Ferreira Ribeiro

-Idália Sofia Ferreira Ribeiro-